

## GESTÃO 2011-2013

**Presidente: Gisele Pereira Alexandrino**  
**Vice-Presidente: Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira**  
**Corregedor: Edson Mendes de Oliveira**

---

### **08/12/2011 - NOVA PRESIDENTE GARANTE PRIORIDADE À COBRANÇA DAS DÍVIDAS TRABALHISTAS**

A desembargadora Gisele Pereira Alexandrino e os desembargadores Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira e Edson Mendes de Oliveira tomaram posse, em 8 de dezembro de 2011, nos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor do TRT da 12ª região, respectivamente.

Entre as autoridades presentes, esteve o ministro João Oreste Dalazen, presidente do TST e do CSJT, o conselheiro José Lúcio Munhoz, representante do CNJ, e o desembargador José Mazoni Ferreira, representante do TJ/SC.

Em seu discurso de posse, a desembargadora Gisele Pereira Alexandrino lembrou a renovação da administração, que acontece a cada dois anos, enfatizando "o caráter transitório de todas as coisas". A diferença, desta vez, foi o fato de a cerimônia acontecer ao final do ano em que se comemorou o 70º aniversário da Justiça do Trabalho no país e os 30 anos de existência do TRT catarinense, instalado em 11 de dezembro de 1981.

A nova presidente adiantou que o foco da administração continuaria na redução da execução, "sem a qual não se pode considerar concluída a prestação jurisdicional".

Antes de dar as boas-vindas à presidente, a desembargadora Maria de Lourdes Leiria, em nome do Tribunal, elogiou o trabalho dos desembargadores Gilmar Cavalieri e Gerson Paulo Taboada Conrado, da administração anterior. Sobre a desembargadora Gisele, destacou a criação da correição virtual, implantada recentemente, que trouxe economia para os cofres públicos. "A colega é motivo de orgulho e serve de modelo para todas as mulheres que ainda não conseguiram uma posição de destaque", declarou.

O procurador-chefe da PRT-SC, Egon Koerner Júnior, falou sobre a celeridade do trabalho do TRT-SC, que é modelo para Santa Catarina e para o país.

O advogado Paulo Roberto de Borba, presidente da OAB-SC, também elogiou os dirigentes anteriores, destacando a dedicação ao trabalho e o respeito aos princípios da administração pública. Sobre a desembargadora Gisele, demonstrou admiração pelo seu compromisso com a excelência. "Desejo mais sucesso nesta nova trajetória", finalizou.

Natural de Porto Alegre, a desembargadora Gisele Pereira Alexandrino é graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em março de 1983, entrou no serviço público

federal na função de auxiliar judiciário, atuando na 15ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre. Ingressou na magistratura trabalhista em abril de 1989, como juíza do trabalho substituta do TRT-SC, sendo promovida a titular três anos depois. Atuou nas Varas do Trabalho de São Miguel do Oeste, 1ª e 3ª de Blumenau e de Imbituba. Em 2002 foi promovida, por merecimento, ao cargo de juíza togada.

O desembargador Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira é natural de Lagoa Vermelha (RS) e formado em Direito pela PUC de Curitiba (PR). Foi advogado do Bradesco durante cinco anos, tendo chefiado o departamento jurídico da empresa em Santa Maria e Porto Alegre. Ingressou na magistratura trabalhista em 1989 e atuou nas VTs de São Miguel do Oeste, Canoinhas, Mafra, Curitibanos, 2ª de Tubarão e 2ª de São José. Em 1999 concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Conducente ao mestrado na área de Ciências Jurídico-Comunitárias na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Por sua vez, o desembargador Edson Mendes de Oliveira é paranaense de Guarapuava. Licenciado em Letras-Inglês pela PUC/PR (1976) e bacharel em Direito, UFPR (1977), foi professor universitário e advogou por nove anos em Guarapuava e Foz do Iguaçu (PR). É especialista em Fundamentos Psicopedagógicos do Ensino Superior. Na magistratura do trabalho entrou em 1987 e atuou nas juntas de Chapecó, São Miguel do Oeste e Concórdia. Depois de promovido, em 1990, foi lotado nas 1ª e 4ª VTs de Joinville, Balneário Camboriú, Itajaí e 5ª de Florianópolis. Em 2006 tomou posse na 2ª instância e, nos anos de 2008 e 2009, coordenou a Escola Judicial do TRT-SC, dando ênfase aos cursos a distância.

## **11/12/2011 - TRT-SC COMPLETA 30 ANOS DE INSTALAÇÃO**

Até a década de 30, a resolução de conflitos trabalhistas era vinculada ao Poder Executivo, com órgãos instituídos no âmbito do Ministério do Trabalho e estrutura semelhante à atual. Em 1939 foi organizada a Justiça do Trabalho, dentro do Poder Judiciário, que funcionava com Juntas de Conciliação e Julgamento, Conselhos Regionais do Trabalho e Conselho Nacional do Trabalho. Foi com o advento da CLT, em 1943, que os conselhos passaram a se chamar tribunais, como são conhecidos até hoje.

Santa Catarina, em matéria trabalhista, foi jurisdicionada para a 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS), até setembro de 1976, quando passou para a 9ª Região, com sede em Curitiba (PR).

A necessidade de criação de um Tribunal Regional do Trabalho no estado foi debatida pela primeira vez durante o 1º Encontro dos Juízes do Trabalho de Santa Catarina, em 1974, do qual participaram advogados, presidentes de sindicatos, federações e associações, e os juízes José Fernandes da Câmara Canto Rufino, Carlos Alberto Godoy Ilha e Ione Ramos. Desse encontro resultou a redação de moção ao

governador Colombo Machado Salles, para que fizesse tal reivindicação junto às autoridades federais.

Em 1980 foi lançada a semente para a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, quando o Presidente da República, João Baptista Figueiredo, encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei sobre o tema. Menos de um ano depois, em julho de 1981, a lei foi sancionada.

Em 11 de dezembro de 1981 o TRT-SC foi instalado em um pequeno prédio da Rua Saldanha Marinho, em Florianópolis. A primeira composição era de seis juizes togados: José Fernandes da Câmara Canto Rufino - presidente, José Luiz Moreira Cacciari, Victório Ledra, Ione Ramos, Dirceu de Vasconcelos Horta e Umberto Grillo; e dois classistas: Anselmo Raimundo e Pedro Natali.

A estrutura inicial foi de um Setor de Distribuição em Florianópolis, com 2 JCJs, e mais 12, nos municípios de Blumenau, Brusque, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages, Rio do Sul e Tubarão.

O trabalho começou com uma infraestrutura mínima necessária ao funcionamento normal do novo órgão. As poucas e históricas máquinas de escrever, que eram divididas entre os servidores, deram lugar aos computadores, um ou dois para cada usuário, e as fichas foram substituídas pelo processo eletrônico, que trouxe agilidade, economia e facilidade.

#### **15/12/2011 - PRIMEIRA AUDIÊNCIA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO É REALIZADA EM NAVEGANTES**

A primeira audiência do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe) aconteceu na tarde do dia 15 de dezembro de 2011, em Navegantes. Ela foi designada em 5 de dezembro, dia da inauguração da unidade, primeira da Justiça trabalhista a funcionar totalmente com o novo sistema. A audiência foi acompanhada pelo vice-presidente do TRT-SC, desembargador Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira.

"Este é um momento histórico para a Justiça do Trabalho não só de Santa Catarina, mas do Brasil, sendo que Navegantes já faz parte da história da Justiça do Trabalho, pois aqui foi implantado o sistema que representa o processo do futuro e este futuro aqui já é presente", afirmou o desembargador no início da audiência.

O juiz Luiz Carlos Roveda, titular da VT, destacou a possibilidade de visualização simultânea do processo tanto pelo juiz como pelo advogado, o que antes - com o processo em papel - não era possível. "A audiência foi tranquila, parecida com a de processo físico: ouve-se as partes e as testemunhas. A vantagem, no entanto, é a simultaneidade que o PJe proporciona. É como se existissem três processos: uma para mim e para cada advogado", disse Roveda, lembrando que nas audiências com processo físico os autos ficam passando de mão em mão.

A advogada, Ana Elisa Mamfrim, que protocolou a primeira ação trabalhista do PJe, destacou a celeridade que o sistema promete.

O Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) é um sistema de propriedade da Justiça, portanto, todo o conhecimento agregado em seu desenvolvimento fica no Poder Judiciário, e não com empresas terceirizadas. Esta foi uma das considerações feitas pelo desembargador Gilmar Cavalieri durante a abertura do 4º Módulo de Estudos da Escola Judicial, em 16 de agosto de 2012, que abordou exclusivamente o sistema nacional de processo eletrônico.

Em 20 de agosto de 2012, o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) começou a funcionar no Foro Trabalhista de Itajaí.

#### **04/01/2012 - JUSTIÇA DO TRABALHO PASSA A EMITIR CNDT**

Em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa nº 1470/2011/TST, a Justiça do Trabalho passou a emitir, a partir de 4 de janeiro de 2012, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, documento indispensável à participação de empresas em licitações públicas.

Em todas as 56 unidades do estado, cerca de 72 mil processos foram analisados. Apurada a real situação da dívida, foi necessário qualificar o devedor e, só depois, seus dados foram inseridos no banco.

Em ato (Ato TST.GP nº 001/2012) publicado no dia 3 de janeiro, o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, alterou a Resolução Administrativa nº 1470/2011, que regulamenta a expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Com isso, as empresas pré-cadastradas no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) passaram a ter prazo de 30 dias, a partir de sua inclusão, para cumprir a obrigação ou regularizar a situação, a fim de evitar a positivação do registro.

#### **06/02/2012 - CORREGEDORIA-GERAL DA JT INSTITUI CERTIDÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA**

A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho publicou, no dia 6 de fevereiro de 2012, o Ato GCGJT nº 1/12, que dispõe sobre a conversão de autos físicos de processos arquivados provisoriamente em Certidão de Crédito Trabalhista. De acordo com o ato, encerrados todos os meios possíveis para satisfazer os créditos, a certidão deverá ser expedida. Na prática, ela passa a valer como um título executivo judicial, podendo ser cobrado a qualquer momento.

A medida visava solucionar um problema antigo das varas do trabalho quanto ao espaço. Muitas enfrentam dificuldades para armazenar todo o estoque de autos físicos.

**16/02/2012 - MAGISTRADO AMARILDO CARLOS DE LIMA COMPLETA COMPOSIÇÃO DO TRT-SC**

Tomou posse, em 16 de fevereiro de 2012, o novo desembargador do TRT-SC, Amarildo Carlos de Lima, que até então era o titular da 6ª Vara do Trabalho de Florianópolis. Com a posse, o Tribunal ficou com sua composição de 18 desembargadores completa.

Segundo a presidente do TRT, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, a atuação do empossado no TRT era conhecida, porque já vinha atuando como juiz convocado. "Ele é um magistrado muito experiente e vai trazer um acréscimo inestimável ao Tribunal. Tenho certeza que a carreira de sucesso que empreendeu no primeiro grau se estenderá, a partir de agora, na segunda instância", declarou.

O desembargador-corregedor, Edson Mendes de Oliveira, a quem coube saudar o colega, lembrou que o empossado "é daquelas raras pessoas que conseguem aliar alta competência técnica - fruto de grande inteligência e árduo trabalho - com simplicidade, de modo que conquista a todos que com ele têm contato mais estreito." Ressaltou, ainda, que o novo desembargador é pessoa de fácil trato, acessível e sem nenhuma afetação em decorrência das importantes funções exercidas no Tribunal como substituto e membro de comissões e grupos de trabalho junto à administração.

O procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT-SC), Egon Koerner Junior, saudou o empossado lembrando que chegaram a trabalhar juntos em Porto União, quando ambos iniciavam suas carreiras. Ele destacou o fato do desembargador Amarildo ser especialista em Ação Civil Pública, o principal instrumento do Ministério Público, escolha que demonstra sua preocupação com as questões coletivas de grande relevância e abrangência social.

Em nome da OAB-SC, o advogado Valtoir Menegotto enfatizou outra coincidência histórica. Em 1990, foi membro da banca examinadora do concurso em que o empossado obteve aprovação.

Último a falar, o empossado mencionou uma quarta-feira, 4 de setembro, quando tomou posse como juiz substituto em 1990, na cidade de Joinville. "Os tempos eram outros: não tínhamos telefone celular, TV a cabo e ainda tocavam os antigos vinis. Presidente da República recentemente eleito e logo deposto, a sociedade clamava por mais liberdade e a inflação insistia em corroer salários e agravar o problema social. Informática era algo distante, quase coisa de elite", lembrou.

Afirmando que a busca pela Justiça Distributiva será sempre um ideal a ser alcançado, citou Platão, para quem "o que comete a injustiça sente-se mais desgraçado do que aquele que a sofre".

Quanto à natureza específica do Judiciário Trabalhista, o desembargador Amarildo deixou clara sua percepção de que o trabalho sem o capital é pouco produtivo, mas o capital sem o trabalho é mera especulação.

Após agradecer à família, amigos, advogados, professores e aos colegas que o acompanharam na trajetória até o TRT, o desembargador deixou, para reflexão, o pensamento do jornalista, jurista, político e professor italiano, Piero Calamandrei: "O juiz é o direito tornado homem. Na vida prática, só desse homem posso esperar a proteção prometida pela lei sob uma forma abstrata. Só se esse homem souber pronunciar a meu favor a palavra justiça, poderei certificar-me que o direito não é uma promessa vã."

O desembargador Amarildo é natural de Ponta Grossa-PR, onde se formou em Direito. É casado e tem um casal de filhos. Foi advogado e servidor do Judiciário Trabalhista em Mafra-SC, antes de ser aprovado em três concursos para juiz do trabalho substituto - em São Paulo, Paraná e Santa Catarina -, tendo optado pelo TRT-SC para fazer carreira.

Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, é especialista em Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito de Joinville e mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Em 2002, publicou o livro "A ação pública e sua aplicação no processo do trabalho".

#### **01/03/2012 - GRUPO ESTRATÉGICO DELIBERA SOBRE METAS REGIONAIS PARA 2012**

O G1 (Grupo Estratégico), instituído pela Portaria GP 723/2009 para deliberar sobre as diretrizes, objetivos e metas estratégicas do Tribunal, reuniu-se no dia 1º de março de 2012, para definir as metas regionais de 2012, assim fixadas:

1) Julgar, até 31.12.2012, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2009 e não julgados até 31.12.2011.

2) Reduzir em 10% as ocorrências de doenças ocupacionais de natureza osteomuscular, psicoemocional e oftalmológica em servidores e magistrados.

3) Oportunizar que 50% dos servidores participem de, pelo menos, um evento de capacitação para 2012, não incluídos os cursos obrigatórios por lei.

4) Fortalecer a prática de aquisição de materiais que atenda a critérios de sustentabilidade mediante o incremento de 5% do número de processos de aquisição que contemplem esses critérios.

5) Executar no mínimo 70% do orçamento (custeio e capital) até agosto, 90% até novembro e 99% até dezembro.

A meta 2 foi aprovada nos termos da proposta apresentada pelos representantes dos servidores. A meta 5 - execução orçamentária -, inicialmente adotada pelo TRT catarinense, inspirou o texto da Meta Nacional nº 18, específica para a Justiça do Trabalho em 2012.

#### **19/03/2012 - TRT-SC PASSA A CONTAR COM PROCESSO ELETRÔNICO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

O recurso de uma empresa do setor alimentício da região de Navegantes, contra decisão que deferiu o pagamento de horas extras a uma merendeira, é o primeiro, em toda a Justiça do Trabalho, a tramitar pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) na segunda instância.

A solenidade de lançamento aconteceu na tarde do dia 19 de março de 2012, na sala de sessões do TRT-SC, e contou com a presença do presidente do CSJT e TST, ministro João Oreste Dalazen. A distribuição automática do recurso foi para o gabinete do desembargador Gilmar Cavalieri, da 3ª Câmara.

Em seu discurso, o ministro Dalazen exaltou o PJe, qualificando-o como novo, moderno, uno, nacional e definitivo. Também destacou uma série de vantagens do sistema, como a facilidade de uso, a tramitação imediata dos autos eletrônicos entre os gabinetes que compõem a câmara de julgamento e a possibilidade de todos os desembargadores do Colegiado poderem, simultaneamente, acessar o voto do relator.

Outra característica do PJe que empolgou o ministro é a possibilidade de se votar antecipadamente, inclusive com a elaboração de votos divergentes ou convergentes. "Essa rotina de votação facilita o andamento da sessão e reduz o tempo de sua duração, por intermédio dos julgamentos em bloco dos processos cujos votos não tenham sido modificados durante a sessão", registrou.

A assinatura dos acórdãos em lote, imediatamente após o fim da sessão, também foi outra funcionalidade destacada pelo ministro. O presidente do TST ressaltou também o impacto positivo do PJe no meio ambiente. "A eliminação de toneladas de papel por dia, antes gastas na impressão de sentenças, petições iniciais, despachos, acórdãos e folhas de cálculos, preservará uma infinidade de árvores e evitará o gasto incalculável de energia com a produção desse material", avaliou.

A presidente do TRT, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, destacou a responsabilidade que o TRT-SC terá no aperfeiçoamento do sistema. "Deveremos manter uma interação permanente com os usuários do sistema, com especial ênfase aos advogados e ao Ministério Público do Trabalho, e observar tudo o que possa ser aperfeiçoado", disse.

#### **21/03/2012 - NOVA SEDE DA VT DE MAFRA É INAUGURADA**

Foi inaugurada, no dia 21 de março de 2012, a sede própria da VT de Mafra. A edificação, com 520 m<sup>2</sup>, custou cerca de R\$ 1,6 milhão com a contratação de projetos, sondagem no terreno, construção e fiscalização da obra.

Mais bem distribuída, conforme necessidades específicas da Justiça do Trabalho, a nova vara segue o padrão estabelecido em resoluções do CNJ e do CSJT. Essas normas estabelecem algumas

diretrizes para obras no Judiciário, como metragem dos ambientes de trabalho e utilização de material sustentável nas construções. Exemplo disso é o vidro especial instalado na VT, que age como um isolante térmico e diminui a incidência do calor do sol no ambiente interno.

A acessibilidade para portadores de necessidades especiais também não foi esquecida. A VT de Mafra possui piso para cegos, banheiros adaptados e indicativos em braile nas portas.

Outra inovação foi o piso elevado, que fica a 16 cm da laje. Como explica a arquiteta do Tribunal, Kristina Natália Cancelier, este vão facilita a instalação de cabos e fios, por exemplo, possibilitando mudanças no layout. Também foram usadas divisórias de gesso, que deixam a obra mais limpa e facilitam a alteração do ambiente, caso haja necessidade.

#### **10/03/2012 - TRT ADQUIRE IMÓVEL ONDE FUNCIONA ALMOXARIFADO**

A desembargadora Gisele Pereira Alexandrino recebeu, no dia 10 de março de 2012, o diretor-superintendente da Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc), Vânio Boing, o qual fez a entrega simbólica das chaves do imóvel onde hoje funciona o almoxarifado, adquirido pelo TRT.

O terreno tem 3,5 mil metros quadrados e fica na rua Santos Saraiva. Custou R\$ 3,5 milhões e nele há um galpão com área total construída de 1,7 mil metros quadrados, ocupado pelo setor desde 1994.

A outra parte do imóvel, onde está instalada a gráfica do TRT, continua pertencendo à Fusesc. Segundo a diretora-geral, Nezita Maria Hawerroth Wiggers, o objetivo da administração é reformar a parte adquirida para que sejam transferidos a gráfica e o Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos (Sedig), que hoje funciona em outro imóvel também alugado no continente. Quando a mudança estiver concluída, a economia anual com as três locações vai chegar a R\$ 260 mil.

#### **10/05/2012 - DESEMBARGADOR GERSON CONRADO SE APOSENTA DEPOIS DE 38 ANOS DEDICADOS À JUSTIÇA DO TRABALHO**

O ato de aposentadoria do desembargador Gerson Paulo Taboada Conrado, assinado pela presidente Dilma Rousseff, foi publicado na edição do dia 10 de maio de 2012 do Diário Oficial da União, na página 1, Seção 2.

Depois de 38 anos dedicados à Justiça do Trabalho - 15 como servidor e 23 como magistrado -, Conrado diz que deixa o Judiciário com o sentimento de "dever cumprido". Uma mensagem aos colegas mais jovens? "Respeito às pessoas, pois o juiz deve sempre levar em



consideração o lado humano em sua atividade jurisdicional”, aconselha.

O desembargador aposentado ainda não tem planos definidos para o futuro, mas diz que pretende “aproveitar o que a vida tem de melhor”.

O desembargador Gerson Paulo Taboada Conrado, carioca de nascimento, cursou Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS) e Direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC), ambas em Porto Alegre-RS. Foi servidor do TRT gaúcho durante 15 anos, ingressando na magistratura do trabalho catarinense em abril de 1989.

Em 1991, foi promovido a juiz titular na VT de São Miguel do Oeste. Nessa condição, atuou também nas varas de Concórdia, Blumenau, Araranguá, Imbituba e 7ª de Florianópolis. Nestas duas últimas unidades, permaneceu 10 anos - cinco em cada.

Em agosto de 2003, foi promovido ao então cargo de juiz togado - hoje desembargador - do TRT catarinense. Coordenou a Escola Judicial do órgão entre 2009 e 2010, sendo o vice-presidente do Tribunal no biênio 2010/2011.

#### **17/05/2012 - TRT-SC JULGA PRIMEIRO RECURSO EM PROCESSO 100% ELETRÔNICO NO ESTADO**

Foi julgado, em 17 de maio de 2012, pela 3ª Câmara do TRT-SC, o primeiro recurso ajuizado em Santa Catarina em processo totalmente eletrônico. Originário da Vara do Trabalho de Navegantes, o recurso tratava de divergência sobre prestação de horas extras por uma trabalhadora, além de controvérsia sobre o pagamento de honorários advocatícios.

A sessão de julgamento foi prestigiada pela desembargadora-presidente, Gisele Pereira Alexandrino, e pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Antônio José de Barros Levenhagen, do Tribunal Superior do Trabalho, que realizou correição ordinária no Estado.

O desembargador Gilmar Cavalieri, que presidiu o julgamento, prestou homenagem aos servidores que tornaram possível o desenvolvimento e a implementação do PJe de 2º grau na Região.

O ministro Levenhagen frisou a importância da continuidade das ações administrativas, de uma para outra gestão, que deveria ser reproduzida nos demais tribunais. “Do contrário, é um ir e vir no qual quem perde é sempre o jurisdicionado”. Levenhagen também elogiou o trabalho dos servidores envolvidos no desenvolvimento do sistema.

#### **18/05/2012 - UNIDADES JUDICIÁRIAS RECEBEM APOIO EM PERÍODOS DE DÉFICIT DE SERVIDORES**

Em 18 de maio de 2012, foi publicada a Portaria GP nº 88, que criou o Núcleo Permanente de Conciliação e Apoio às Unidades

Judiciárias de Primeira Instância (Conap), estrutura que tem entre as suas funções a prestação de auxílio às unidades judiciárias de 1ª instância em situações de carência temporária de servidores.

Desde então, diversas unidades judiciárias já receberam o apoio, como o Sedis e a 1ª VT de Balneário Camboriú, VT de Araranguá, 2ª VT de Tubarão e 1ª VT de Florianópolis.

#### **25/05/2012 - CSJT UNIFORMIZA VOCÁBULOS DE TRATAMENTO DISPENSADOS A MAGISTRADOS DE 1ª E 2ª INSTÂNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA**

Mediante a Resolução n. 104/CSJT, de 25 de maio de 2012, foram uniformizados os vocábulos de tratamento dos magistrados de 1ª e 2ª instância no âmbito da Justiça do Trabalho, os quais foram assim nominados: "Juiz do Trabalho Substituto", "Juiz Titular de Vara do Trabalho" e "Desembargador do Trabalho".

#### **01/06/2012 - PARCERIA COM TJ LEVA AUDIÊNCIAS NOVAMENTE PARA PORTO UNIÃO**

A Justiça do Trabalho de Santa Catarina deu mais um passo importante para atingir seu objetivo estratégico de se aproximar do cidadão. Os desembargadores Cláudio Barreto Dutra, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), e Gisele Pereira Alexandrino, presidente do TRT-SC, assinaram na tarde do dia 1º de junho de 2012 um termo que permitiu à Justiça do Trabalho voltar a realizar audiências na Comarca de Porto União.

O Termo de Autorização de Uso nº 71/2012 foi uma solução alternativa encontrada pelo TRT-SC para atender a população local. É que a antiga Unidade Judiciária Avançada (UJA) de Porto União, extinta em dezembro de 2011, recebia uma quantidade de processos muito reduzida em relação à média estadual, incompatível com a manutenção de uma estrutura própria da Justiça do Trabalho no município. Para se ter uma ideia, em 2011, a UJA recebeu apenas 199 processos, 83% abaixo da média das demais unidades em todo o Estado.

De acordo com o termo, as audiências são realizadas em datas estipuladas de comum acordo entre as direções dos Foros da Comarca de Porto União e da VT de Caçador. O TJ-SC ainda autoriza o TRT-SC a utilizar, por cinco anos, mobiliário, equipamentos de informática, internet e mural para colocação de pautas de audiências.

#### **05/06/2012 - LEI CRIA QUATRO NOVAS VARAS DO TRABALHO E 52 CARGOS EM SANTA CATARINA**

A Justiça do Trabalho de Santa Catarina passou a contar com quatro novas unidades judiciárias para melhor atender o cidadão. Foi sancionada, no dia 5 de junho de 2012, pela Presidência da República,

a Lei n. 12.568, que cria uma vara do trabalho em Palhoça, duas em Chapecó (3ª e 4ª) e uma em Brusque (2ª).

A Lei também definiu a quantidade total de cargos para essas unidades: quatro de juiz, 32 de analista judiciário (nível superior) e 16 de técnico judiciário (nível médio).

#### **11 A 15/06/2012 - SEMANA NACIONAL DA EXECUÇÃO TEM MAIS DE 1,3 MIL AUDIÊNCIAS EM SANTA CATARINA**

Durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, ocorrida de 11 a 15 de junho de 2012, as mais de 1,3 mil varas do trabalho e os 24 TRTs em todo o Brasil concentraram esforços na tentativa de quitar as dívidas trabalhistas reconhecidas por sentenças judiciais transitadas em julgado, ou seja, das quais não cabem mais recursos.

Em Santa Catarina, 54 varas do trabalho e o Tribunal participaram. Além das pautas designadas exclusivamente para se tentar acordos em processos na fase de execução, foi intensificado o uso dos convênios firmados com outros órgãos públicos, ferramentas que auxiliam direta ou indiretamente no bloqueio de bens dos devedores. Outra iniciativa foi o leilão nacional de bens penhorados, realizado no último dia do evento, simultaneamente pelos TRTs de todo o país, de forma eletrônica ou presencial.

#### **06/07/2012 - CSJT INSTITUI TELETRABALHO NA JT DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS**

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou resolução que autoriza a realização de teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. A modalidade permite aos servidores trabalharem fora das dependências dos órgãos em que atuam, com a utilização de recursos tecnológicos.

A medida busca otimizar o tempo de trabalho, melhorar a qualidade de vida dos servidores e comprometê-los com os objetivos da instituição, conforme previsto no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho para o quadriênio 2010 a 2014.

reflexões sobre a carreira, trajetória de vida no trabalho e a preparação para a aposentadoria. "Buscaremos, através deste trabalho, refletir sobre as novas perspectivas de vida. Estaremos discutindo a possibilidade de esboçar um projeto de futuro, resgatando sonhos e interesses do passado ou descobrindo novas possibilidades de ocupação na vida", afirmou a professora Dulce, que possui doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade Louis Pasteur Strasbourg.

#### **23/08/2012 - ADEUS AO DR. RUFINO - MATRÍCULA Nº 1 DO TRIBUNAL**

O 1º presidente do TRT catarinense, o desembargador aposentado José Fernandes da Câmara Canto Rufino, faleceu na tarde do dia 23 de agosto de 2012, vítima de infarto, aos 84 anos de idade, em Florianópolis.

Servidores e magistrados enviaram mensagens e relatos de momentos compartilhados com o desembargador, oferecendo uma homenagem singela, mas muito importante para que as novas gerações de servidores possam compreender a sua relevância para a Justiça do Trabalho catarinense.

A presidente do Tribunal, Gisele Pereira Alexandrino, interrompeu suas férias para presidir as sessões judiciária e administrativa do dia 3 de setembro de 2012, no Plenário do Tribunal. A magistrada iniciou os trabalhos com um mensagem sobre o desembargador Rufino, falecido no dia 23 de agosto, aos 84 anos de idade. "Muitos magistrados são lembrados pelo notável saber jurídico, condição básica para a investidura e para o exercício da nossa missão de bem julgar. O Dr. Rufino, no entanto, conseguiu aliar competência jurídica com competência administrativa, amplamente demonstradas ao longo dos muitos anos como juiz de primeira instância e como magistrado deste Regional, além, como é notório, na administração pioneira do TRT da 12ª Região", registrou a presidente.

#### **05/10/2012 - TRIBUNAL CONQUISTA APROVAÇÃO DO SEU PROJETO DE E-GESTÃO DO 2º GRAU**

Mais uma importante etapa foi superada pelo TRT catarinense no trabalho de implantação do e-Gestão, o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho. Na última reunião técnica de 2012 do Comitê Nacional do e-Gestão, realizada semana passada em Brasília, o Regional conseguiu a aprovação da substituição do boletim estatístico de 2º grau pelos dados do Sistema e-Gestão.

A presidente Gisele Pereira Alexandrino comentou a conquista: "toda a equipe envolvida no projeto está de parabéns. O reconhecimento pela Corregedoria-Geral só foi possível graças à competência desses servidores, que trabalharam incansavelmente para cumprir essa missão de extrema importância para o Tribunal", declarou.

A conquista rendeu elogios também da coordenadora do Comitê Gestor Nacional do Sistema e-Gestão, a desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, do TRT de Campinas, durante a reunião em Brasília.

O e-Gestão, Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho, é uma ferramenta eletrônica que tem como objetivo substituir os boletins estatísticos e fornecer à Justiça do Trabalho, em todos os níveis, informações atualizadas sobre a estrutura administrativa e a atividade judicante de primeiro e segundo graus.

No final de 2012, todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho estavam processando seus dados, relativos ao 2º grau, por meio do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão).

#### **22/10/2012 - NOVO SISTEMA CHEGA A JOINVILLE**

Servidores e juizes do Foro Trabalhista de Joinville começaram a trabalhar com o PJe a partir de 22 de outubro de 2012. O protocolo da primeira ação a tramitar pelo sistema ocorreu durante a solenidade de lançamento, que começou às 17h e contou com a presença da desembargadora e presidente do TRT-SC, Gisele Pereira Alexandrino.

#### **08/11/2012 - MAGISTRADA TERESA REGINA COTOSKY TOMA POSSE COMO DESEMBARGADORA DO TRT-SC**

Em cerimônia concorrida na sala de sessões do Tribunal Pleno, a curitibana Teresa Regina Cotosky tomou posse, no dia 8 de novembro de 2012, no cargo de desembargadora do TRT da 12ª Região (TRT-SC). Ela completou o quadro de 18 desembargadores do Regional catarinense.

A desembargadora Lígia Maria Teixeira Gouvêa saudou a empossada em nome da Corte. Destacou sua delicadeza e as ideias trocadas no convívio que marcou o processo de criação da Escola Judicial. Também mencionou a qualificação da magistrada para o exercício das novas atribuições. "À sua sólida formação acadêmica, agrega requisitos essenciais à função judicante: seriedade, sensibilidade, responsabilidade e compromisso institucional", destacou.

A procuradora-chefe substituta Quêzia Araújo Duarte de Aguiar, da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT-SC), destacou sua integridade, probidade e imparcialidade. "O Ministério Público do Trabalho faz votos de realização na sua vida pessoal e que estes sejam os melhores anos de sua vida profissional", finalizou.

O advogado Alexandre Lückmann Gerent, presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB-SC, finalizou as homenagens citando Quintino Bocaiúva: "Quem aspira a ser grande, não pode deixar de aspirar a ser bom. A virtude é a primeira grandeza deste mundo".

Última a discursar, a empossada manifestou a sua confiança na eficiência do Poder Judiciário Trabalhista, pela celeridade da sua atuação, prioridade à conciliação e dispensa do excesso de formalismo. "Vencida a fase do trabalho em primeira instância, monocrático e de proximidade com as partes, é chegada a hora de decidir no Colegiado, seara onde, não raro, afloram diversas opiniões e se instala o debate que, como instrumento construtivo, deve ser respeitado. Espero poder contar com a experiência e a sabedoria dos meus pares para desempenhar a contento essas novas atribuições", declarou.

Assinado no dia 9 de outubro de 2012 pela presidenta Dilma Rousseff, o ato de nomeação foi publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte.

Promovida pelo critério de antiguidade, Teresa Cotosky ingressou na magistratura trabalhista catarinense em 1990 e, três anos depois, já foi promovida. Atuou como titular nas cidades de Mafra, Joaçaba, Lages, Tubarão, Imbituba, São José e Florianópolis, onde respondia pela 4ª VT desde 2006.

Ela é formada em Direito pela Universidade Federal do Paraná e tem especialização em Ciências Jurídico-Comunitárias pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

### **19/12/2012 - TRT-SC IMPLANTA NOVO PROGRAMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

O CSJT instituiu, por meio do Ato 419/2012, o Sigest, novo sistema de gestão estratégica da Justiça do Trabalho. A ferramenta foi adquirida para auxiliar na gestão dos planejamentos estratégicos definidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Ele permite, além do cumprimento dos objetivos estratégicos pelos tribunais, o acompanhamento das metas estabelecidas junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### **25/01/2013 - MUDANÇA DE CULTURA: NOVO COPO DESCARTÁVEL GERA VOLUME MENOR DE RESÍDUOS E AGRIDE MENOS O MEIO AMBIENTE**

Um novo tipo de copo descartável começou a ser usado no TRT. Feito de papel, ele é biodegradável e está junto aos pontos de água mineral. O produto atende às determinações estabelecidas pelo CNJ e pelo CSJT sobre aquisições sustentáveis.

O copo não é feito com material reciclado e sim com papel de fibras virgens de madeiras reflorestadas. A empresa Ecopo, fornecedora do produto, possui todas as certificações disso. Também não possui corantes e, como é na cor natural, não passa por processo de embranquecimento que utiliza cloro. Assim, quando descartado não deixa resíduos tóxicos na natureza.

Ele tem revestimento anti-umidade e a impressão é feita com tintas atóxicas de origem orgânica. O novo copo leva cerca de 18 meses para se decompor. Diminui a quantidade de lixo produzida e ocupa menos espaço para armazenamento e transporte, o que, consequentemente, reduz também a quantidade de gases poluentes emitidos.

Diferente do plástico, o copo de papel pode ser utilizado com líquidos quentes sem a liberação de componentes tóxicos. Porém, isso não deve ser feito pelo risco de queimadura em razão da espessura do papel.

Existe ainda outra grande vantagem, desta vez para os cofres públicos. Os copos biodegradáveis custam cerca de 40% menos que os de plástico.

Por que não devo usar plástico?

O copo plástico pode levar até 500 anos para se decompor e é responsável por grande parcela do lixo que polui a natureza. Apesar de parecer prático, esses pequenos objetos são prejudiciais para vários animais, que podem morrer sufocados por confundi-los com alimentos.

Além disso, em contato com os alimentos algumas embalagens liberam o bisfenol-A, produto químico usado na fabricação do plástico e suspeito de provocar diversas doenças - de infertilidade a câncer. O mundo consome cerca de 100 milhões de toneladas de material plástico todos os anos, mas deste montante apenas 20% é reciclado.

### **30/01/2013 - NOVO FÓRUM TRABALHISTA DE FLORIANÓPOLIS É INAUGURADO JUNTO COM PJE-JT**

Sede nova e um novo sistema de processo eletrônico. No dia 30 de janeiro de 2013, o Fórum Trabalhista de Florianópolis mudou de endereço e adotou o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), em substituição ao Provi, que vinha sendo usado desde 2009. O Fórum passou a funcionar na Avenida Beira-Mar Norte, 1.588, num edifício de 14 andares e quase 7 mil metros quadrados de área construída, a maior sede da Justiça do Trabalho em Santa Catarina.

A obra foi concebida dentro de um padrão de construções que a Instituição vem adotando para as sedes próprias desde 2008. Esse modelo privilegia a acessibilidade a pessoas com algum tipo de deficiência, redução no consumo de energia e maior conforto para o público. Além das 7 varas trabalhistas, o prédio também abriga o Serviço de Distribuição, sala de reuniões, sala multiuso e da OAB, além de postos bancários e cafeteria.

Em seu discurso a presidente do TRT-SC, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, destacou a ampliação do espaço destinado ao público externo, que foi quadruplicado, e o interno. "Os usuários passam a contar agora com generosos espaços de espera de audiências, amplas circulações e uma cafeteria, além da melhor qualidade das salas de audiência, gabinetes de juízes, e secretarias das varas", observou.

A magistrada também ressaltou o trabalho da equipe de engenharia e de obras do TRT-SC, que levou em conta o chamado "desenho universal" para garantir o máximo de acessibilidade ao prédio. Esse conceito propõe o uso democrático do espaço para diferentes perfis de usuários, de crianças a idosos, passando pelos que possuem limitações físicas.

Ela também fez referências ao esforço desenvolvido por magistrados, servidores técnicos em informática e advogados para a implantação e

expansão do PJe-JT, com destaque para a atuação do presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

A dupla inauguração mobilizou servidores, juízes, desembargadores, advogados, membros do Ministério Público, o prefeito de Florianópolis, autoridades estaduais e federais e o ministro Dalazen, que foi também homenageado com uma placa por sua atuação à frente da implantação do PJe e do Programa Trabalho Seguro.

### **25/02/2013 - JUSTIÇA DO TRABALHO EM PALHOÇA MUDA DE ENDEREÇO**

Em 25 de fevereiro de 2013, a Unidade Judiciária Avançada (UJA) de Palhoça mudou de endereço e passou a funcionar na avenida Atílio Pedro Pagani, 855, próximo às sedes da Prefeitura, da Justiça Estadual e da Justiça Eleitoral.

Depois de quase cinco anos instalada provisoriamente em um imóvel de 263 m<sup>2</sup>, passou a ter o espaço de 472 m<sup>2</sup>, quase o dobro. Esta era a principal dificuldade enfrentada por magistrados, servidores e usuários.

Outra vantagem da nova sede da UJA é que o centro comercial onde fica tem acessibilidade para pessoas com deficiência. A arquiteta que acompanhou a reforma, servidora Kristina Natália Cancelier, conta que o proprietário do imóvel se encarregou da obra, feita com base em projeto do TRT-SC.

Além de Palhoça, são atendidos pela UJA os municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio.

### **13/03/2013 - COMITÊ ESTRATÉGICO DO TRT/SC ANALISA METAS DE 2013 E RESULTADOS DE 2012**

Na reunião de análise estratégica (RAE) realizada no dia 13 de março de 2013, os integrantes do comitê estratégico, com a nova composição definida pela Portaria 38/2013, repassaram os números alcançados pela Justiça do Trabalho catarinense na busca do cumprimento das 10 metas - gerais e específicas - definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e das 5 regionais definidas pelo próprio TRT/SC.

Participaram da RAE a presidente do TRT/SC - desembargadora Gisele Pereira Alexandrino -, o vice-presidente - desembargador Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira -, o corregedor regional - desembargador Edson Mendes de Oliveira -, o presidente da Amatra - juiz José Carlos Külzer -, além de diretores e assessores que integram o comitê. Do total das metas, 8 foram cumpridas, uma não pôde ser medida e em 6 o cumprimento não se completou.

Quanto à Meta 1 do CNJ, uma das mais importantes, que determinava o julgamento de quantidade maior de processos de



conhecimento do que os distribuídos em 2012, os 1º e 2º graus, em conjunto, julgaram 99,04% da base de cálculo estabelecida.

Na 1ª instância, apesar de terem sido julgados 5.045 (7,61%) processos a mais que em 2011, houve um expressivo aumento de 7.531 (11,44%) processos recebidos, o que dificultou o cumprimento. Das 55 varas trabalhistas (VTs) do estado, 42 apresentaram crescimento no número de processos recebidos. Já, no 2º grau, foram julgados 3.356 (16,20%) processos a mais do que em 2011, sendo julgados mais processos do que os distribuídos no mesmo ano.

Para o bom resultado da meta, o relatório da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan) do TRT/SC destacou a atuação da Corregedoria Regional, a criação do Núcleo Permanente de Conciliação e Apoio às Unidades Judiciárias de Primeira Instância (Conap), instituído de maio de 2012, e a eliminação do déficit de pessoal no 1º grau.

Execução atinge patamar diferenciado a partir de 2010

O foco na execução, que foi contemplado na Meta 17, uma das específicas para a Justiça do Trabalho, revelou números animadores nos últimos anos. Apesar de não terem sido atingidos os 10% de aumento do número de execuções, em relação a 2011, o que se observa é que desde 2010 os resultados de execuções encerradas foram elevados e mantidos. Em 2010, por exemplo, houve um acréscimo de 60,37% e, no ano seguinte, de 11,64%. Assim, segundo a diretora da Seplan, Rosângela Gomes Yamada, o descumprimento da meta precisa ser analisado no contexto dos resultados positivos atingidos nos dois anos anteriores.

Meta de expansão de PJe-JT foi cumprida

A prioridade da gestão anterior do TST e do CSJT, com o ministro João Oreste Dalazen à frente, foi a implantação e a garantia da expansão do processo eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe-JT). Na esteira dessa definição foi editada a Meta 16, que determinou a implantação do PJe em pelo menos 10% das varas do trabalho de cada tribunal.

O êxito na implantação pioneira no país, na VT de Navegantes, em dezembro de 2011, seguida da expansão para as 5 VTs de Joinville, garantiram o alcance da meta. A respeito, a Seplan mencionou em relatório providências como a criação do comitê de trabalho multidisciplinar para o acompanhamento das implantações na 12ª Região, a destinação de espaço físico na sede do TRT e nas varas para atendimento específico sobre o PJe ao público externo e a criação de página no portal do Tribunal com informações de serviço aos usuários do sistema. Aliado a isso, foi fundamental o trabalho de capacitação dos usuários do sistema feito pelo Tribunal, que também contou com a colaboração da OAB/SC.

Ainda sobre capacitação, também foi cumprida a Meta 3 regional, que previa a participação de 50% dos servidores em pelo menos um evento de capacitação. A meta foi cumprida em agosto de 2012. No final de 2012, 1.100 (73,78%) dos 1.491 servidores haviam frequentado pelo menos um curso. Na mesma linha, também foi atingida

a Meta 15, que mandava capacitar, com duração mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e dos servidores na utilização do PJe-JT e em gestão estratégica. Foram 28 eventos de capacitação, totalizando 587 vagas disponibilizadas e 303 horas-aula, mais as reuniões de sensibilização para o uso do sistema pelos advogados e procuradores. A Escola Judicial do TRT também organizou um de seus módulos para a capacitação no processo eletrônico.

Ampliados os programas de controle médico de saúde ocupacional e de prevenção de riscos ambientais

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) também constaram do rol de preocupações do CNJ na eleição das metas para 2012. A Meta 14, outra das específicas para a Justiça Trabalhista, determinou a implementação dos dois programas em pelo menos 60% das unidades judiciárias e administrativas.

O PCMSO é um programa de saúde destinado a especificar procedimentos e condutas a serem adotados em função dos riscos no ambiente de trabalho. O objetivo é prevenir, detectar precocemente, monitorar e controlar possíveis danos à saúde das pessoas, prevenindo doenças ocupacionais. Das 135 unidades pertencentes ao Tribunal, o PCMSO foi implantado em 102 - 28 administrativas e 74 judiciárias -, chegando a 75,56% das unidades.

Já o PPRA objetiva estabelecer uma metodologia de ação que garanta a preservação da saúde e integridade das pessoas frente aos riscos dos ambientes de trabalho, como agentes físicos, químicos e biológicos que, por sua natureza, concentração, intensidade e tempo de exposição, podem causar danos. A implantação do PPRA, iniciada em outubro de 2012, se deu em 81 unidades - 28 administrativas e 53 judiciárias -, num percentual de 60% do total.

Comitê define metas regionais para 2013. Depois da análise dos resultados de 2012, a atenção dos integrantes do comitê estratégico se voltou para as metas do CNJ para 2013. A presidente do Tribunal abriu espaço para debates, após os quais se definiu que deveriam ser providenciadas ações de prevenção na área de saúde ocupacional em 100% das unidades judiciárias e administrativas da 12ª Região e, no campo da sustentabilidade, a aquisição de materiais que atendam a este aspecto merecerá 5% de incremento do número de itens de aquisição. Por fim, a última meta regional fixa a execução do orçamento - custeio e capital - em, pelo menos, 65% até agosto, 90% até novembro e 99% até dezembro de 2013.

### **15/03/2013 - DIÁRIO ELETRÔNICO DA JT INAUGURA LOGOMARCA CRIADA POR SERVIDORA DO TRIBUNAL**

O CSJT republicou, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho disponibilizado em 15 de março de 2013, o Ato CSJT.GP.SG Nº 58/2013, que institui a nova logomarca do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) e o seu manual de aplicação. A utilização

passou a ser obrigatória nas edições do DEJT, na página na internet e em outros documentos e referências relativos ao Diário.

O detalhe é que a logomarca tem assinatura de uma servidora do TRT catarinense: Simone Beatriz Dalcin, designer gráfica da Ascom, foi a responsável pela concepção e elaboração da nova marca.

#### **28/03/2013 - TV: ESTÚDIO PRÓPRIO DO TRT-SC COMEMORA 10 ANOS COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DIGITAL**

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) lançou o primeiro programa de televisão produzido por um tribunal brasileiro em 22 de agosto de 2001. No início, as gravações aconteceram no estúdio da TV Cultura, mas a ideia sempre foi ter um estúdio próprio de televisão. Em menos de dois anos, o projeto amadureceu e, em 28 de março de 2003, o TRT inaugurou seu próprio estúdio, fazendo história no Judiciário.

Para marcar uma década de existência, o Tribunal investiu em tecnologia. Adquiriu novas câmeras, gravadoras e uma mesa de vídeo digital, migrando do sistema analógico para o digital. As câmeras antigas de baixa resolução (720x480 pixels) deram lugar às de alta (1920x1080 pixels). Isso significa uma definição de imagem cerca de seis vezes melhor, conhecida como Full HD (Full High Definition).

Além do estúdio digital, foi adquirido também um storage de alta performance, específico para armazenar áudio e vídeo. Sua capacidade disponível de armazenamento é de 36 Terabytes.

O telespectador ainda não está tendo acesso a essa qualidade no programa "Justiça do Trabalho na TV", gravado no estúdio digital, porque as emissoras que o transmitem, inclusive a TV Justiça, estão num momento de transição.

#### **12/04/2013 - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS INICIA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS**

A implantação do modelo de gestão por competências no TRT-SC, nos moldes da Resolução 92/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), já começou. O início dos trabalhos foi informado pela presidente Gisele em mensagem enviada a todos os magistrados e servidores do Tribunal, na qual a desembargadora comunica o "início do mapeamento das competências dos gestores para implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências no âmbito deste Tribunal".

O primeiro grupo de gestores a ser mapeado será o de diretores das varas trabalhistas. Segundo informações da Secretaria de Recursos Humanos (Serhu), a escolha se deu por diversas razões, todas elas especificadas no plano de implantação do projeto. Uma delas é o grande número de pessoas ocupando a mesma posição no Tribunal, o que causará maior impacto institucional, além de

possibilitar o alcance da meta prevista na Resolução - mapear até junho deste ano 50% dos cargos de natureza gerencial. Outra é que dificilmente a competência de um diretor será muito diferente no restante do país, o que proporcionará um mapeamento nacional para o CSJT.

"São longos os anos de estudo e de análise, e agora chegou o momento de implantar a gestão por competências no TRT de Santa Catarina. A equipe interna da Serhu passou por um treinamento maciço e já está apta a executar a tarefa", afirmou Fernanda Gomes Ferreira, diretora da Secretaria.

#### Primeiro contato

O passo inicial para o mapeamento foi dado na manhã do dia 10 de abril de 2013. Por meio de uma videoconferência, a equipe da Serhu - que inclui também servidores do SCD e do Sepac - falou aos 55 diretores de VT do Estado.

Neste primeiro contato, foi explicado aos diretores a importância da nova gestão e de que forma se dará a implantação. Um material sobre o assunto foi encaminhado para cada um. Então, as varas foram divididas em cinco regiões e cada uma escolheu o seu representante, que terá a função de compilar as sugestões dos demais diretores de sua área e encaminhá-las à equipe de recursos humanos.

"O processo de implantação será participativo, e ocorrerá de forma paulatina e progressiva", conta a coordenadora do projeto, a servidora da Serhu Vanessa Gesser de Miranda. "Vemos uma grande oportunidade de melhorar nossa gestão de pessoas, pois a gestão por competências explicita o que se tem de bom e indica o que precisa ser desenvolvido em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes. Isso permite à instituição investir de forma mais eficiente e ter um olhar mais direcionado em termos de capacitação", explica Vanessa. "Para aqueles que almejam cargos de gestão, os critérios estarão mais claros e formalizados, facilitando o desenvolvimento das competências necessárias à ascensão profissional", finaliza.

Entenda mais a gestão por competências: a gestão por competências é considerada pela administração moderna uma das ferramentas mais eficientes para gerir pessoas dentro de uma instituição. Em resumo, o modelo estabelece, por meio de pontuação, quais competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) devem ser exigidas para um determinado cargo ou função. O papel do RH, nesse contexto, é desenvolver essas competências entre os servidores para que eles possam ocupar esses cargos ou funções.

### **CLT COMPLETA 70 ANOS EM 1º DE MAIO DE 2013**

A Justiça do Trabalho brasileira celebra, em 2013, os 70 anos da aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considerada a maior conquista dos trabalhadores.

Em 29 de abril de 2013, foi realizada, na Assembleia Legislativa de SC, sessão especial em comemoração aos 70 anos da CLT,

que data de 1º de maio de 2013. Prestigiaram o evento a presidente do TRT-SC, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, o Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, além de representantes sindicais de trabalhadores e empregadores de todo Estado.

Em Lages, a Câmara de Vereadores marcou os 70 anos da CLT com uma sessão especial em clima de celebração. A juíza Patrícia Pereira de Sant'Anna, diretora do foro trabalhista, discursou em nome da Justiça do Trabalho, ao lado do Presidente da OAB, subseção de Lages, Marcelo Menegotto, do representante da União Geral dos Trabalhadores, Airton Neves de Oliveira, em nome da classe, e de Clara Melo, gerente regional do Ministério Trabalho e Emprego em Lages. Prestigiaram a solenidade, além dos vereadores, a juíza da 2ª Vara do Trabalho de Lages, Andrea Cristina Souza Haus Bunn, advogados, representantes de entidades sindicais e acadêmicos de Direito.

Em Blumenau, os juízes Nelson Hamilton Leiria, titular da 1ª Vara do Trabalho de Blumenau e diretor do foro, e Desirre Dorneles de Ávila Bollmann, titular da 2ª, tiveram uma semana movimentada com a participação em diversos meios de comunicação da cidade para falar sobre os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Além disso, a Câmara de Vereadores de Blumenau e o TRT-SC realizaram na noite desta quarta-feira (8 de maio) uma sessão solene pelos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O encontro aconteceu no plenário do Legislativo e prestou diversas homenagens. Em seu discurso de abertura, o presidente da Casa e autor do requerimento da homenagem, vereador Vanderlei de Oliveira (PT), afirmou que em 20 anos, enquanto advogado e parlamentar, sempre acompanhou o trabalho da Justiça Trabalhista. "Com certeza, os homenageados de hoje têm muita história para contar. Sobre capital e trabalho, eles sabem muito. Nosso muito obrigado por estarem conosco", finalizou.

A logomarca alusiva à comemoração dos 70 anos da CLT foi utilizada em atas de audiência na semana do aniversário, como parte da campanha que resgata o valor da legislação trabalhista brasileira.

Várias unidades judiciárias, como as VTs de Caçador, Indaial, e São Miguel d'Oeste introduziram a logo na impressão das atas para registrar a passagem.

Na 2ª VT de Itajaí, foi veiculado em todas as atas da semana, um parágrafo informando a passagem dos 70 anos da CLT. Segundo a assistente-chefe do setor de audiências, Daniella Vitorino, muitos advogados comentaram a respeito da importância da Consolidação no âmbito do Judiciário.

Já na 5ª Vara do Trabalho da capital, em todas as atas (excetuadas as de PJe) da semana, mencionou-se em negrito a expressão "ano de comemoração da passagem do 70º aniversário da aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT", no cabeçalho do documento. Além disso, desde 29 de abril, também passou a constar das atas a logomarca comemorativa.

O TRT-SC organizou uma série com três entrevistas sobre o assunto, uma com a visão do governo, outra com a dos trabalhadores e

a outra com a dos empregadores, que foram veiculadas no programa Justiça do Trabalho na TV (JT na TV).

#### **17/5/2013 - DESEMBARGADORA GISELE ALEXANDRINO É CONDECORADA PELO TRT-BA**

A presidente do TRT-SC, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, foi agraciada com a Ordem do Mérito Judiciário da Bahia, no grau grande oficial. A cerimônia de entrega foi realizada no dia 17 de maio de 2013, na Associação Comercial do Estado da Bahia, em Salvador.

A comenda, instituída em 2003, é uma homenagem à memória do ministro Coqueijo Costa, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA), e está constituída nos graus de comendador, grã-cruz, grande oficial e oficial. A escolha dos agraciados leva em conta, entre outros critérios, a atuação de personalidades e instituições na área do Direito ou em outra atividade sociocultural.

#### **03/05/2013 - PUBLICADA LEI ESTADUAL QUE EXIGE A CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES CONTRATADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ESTADUAL. JUSTIÇA CATARINENSE SE MOBILIZA EM PROL DO TRABALHO SEGURO**

Foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), em 26 de abril de 2013, a Lei 16.003/13, que dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos uma cláusula que exija a capacitação dos trabalhadores envolvidos em saúde e segurança do trabalho.

O projeto que originou a citada legislação foi encaminhado pelo deputado Gelson Merísio, a pedido dos gestores regionais do Comitê Gestor do Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina - a desembargadora-presidente Gisele Alexandrino e o juiz Alexandre Ramos, titular da 6ª VT da capital.

A iniciativa de propor o projeto de lei à Assembleia esteve relacionada ao cumprimento da meta 5 do Programa Trabalho Seguro, que prevê a edição de atos públicos em prol da capacitação e inclusão de trabalhadores.

A lei foi publicada durante a Semana do Trabalho Seguro, que aconteceu entre 22 e 26 de abril de 2013. Tribunais Regionais do Trabalho de todo o país promoveram diversos eventos nesse período, com o objetivo de chamar a atenção para o elevado número de mortes - oito por dia - decorrentes de acidentes no trabalho. No território catarinense, em 2011, foram 45.930 acidentes, que resultaram em 168 mortes e 1.541 pessoas com invalidez permanente.

Em Santa Catarina, foi realizado o Seminário Trabalho Seguro, pela Escola Judicial do TRT-SC em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT). O evento aconteceu nos dias 25 e 26 de abril de 2013, no auditório da Justiça Federal, em Florianópolis.

O Programa em Santa Catarina. O estado catarinense foi o que mais atraiu adesões ao Programa Trabalho Seguro, num total de 18 entidades que assinaram o protocolo de intenções. Segundo Alexandre Ramos, o número demonstra a preocupação em mudar o quadro atual. "Proporcionalmente, Santa Catarina é o estado brasileiro que possui os maiores índices de acidentes de trabalho. Por isso, o nosso esforço deve ser ainda maior", declarou.

#### **10/05/2013 - FORO DE CHAPECÓ PASSA A CONTAR COM DUAS NOVAS VARAS E PROCESSO ELETRÔNICO**

O Fórum de Chapecó passou, a partir do dia 10 de maio de 2013, por duas importantes mudanças para agilizar os mais de 5,4 mil processos em tramitação. Além da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), foram inauguradas a 3ª e a 4ª varas do trabalho no município.

A inauguração foi prestigiada por cerca de 200 convidados. O advogado Michel de Oliveira Bráz protocolou a primeira ação no sistema eletrônico.

Desde 2008, as duas varas de Chapecó têm estado sempre entre as três que mais recebem processos, considerando as 56 unidades judiciárias do Estado. Em 2012, cada uma recebeu pouco mais de 2,3 mil, liderando o ranking. Até março deste ano, foram 729 casos novos recebidos por unidade, mais do que o dobro da média estadual (350).

Com a implantação das novas varas, essa sobrecarga foi amenizada, possibilitando um julgamento mais rápido dos processos, complexos por sua natureza. Ao todo, 26% das ações recebidas em Chapecó envolvem acidente de trabalho, o que exige perícias, laudos e, como consequência, mais prazos.

As duas novas unidades e a Central de Atendimento do PJe-JT passaram a funcionar num imóvel alugado, na rua Jorge Lacerda, 75, praticamente na mesma quadra da 1ª e da 2ª VTs, que permanecem no mesmo endereço (Rua Jorge Lacerda, 73). As adaptações foram realizadas pelo proprietário do imóvel, o que gerou uma economia estimada de R\$ 350 mil ao Tribunal.

#### **10/05/2013 - ESCOLA JUDICIAL DO TRT-SC LANÇA NOVOS PLANOS ESTRATÉGICO E PEDAGÓGICO**

A Escola Judicial do TRT-SC divulgou o seu novo plano estratégico, elaborado para orientar suas atividades no período compreendido entre 2013-2016, bem como o novo plano pedagógico. Ambos os documentos foram criados com base na missão da Escola, que é "compartilhar saberes que ampliem competências e habilidades para tornar mais efetiva a atividade judicante".

O plano estratégico foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer diretrizes de trabalho e organização, possibilitando

dessa maneira que a Escola desempenhe melhor as suas atribuições. Para tanto, o plano foi elaborado com a participação da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan) do Tribunal.

"Acreditamos que a implantação da gestão estratégica irá propiciar à Escola Judicial a condução de suas atividades de modo a estabelecer a sinergia entre as ações executadas cotidianamente e as iniciativas estratégicas, tendo como norte o atingimento da visão proposta, que é legitimar-se como ambiente de construção de conhecimentos, troca e sistematização de experiências", assinala o desembargador Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira, diretor da Escola.

O plano pedagógico, por sua vez, foi elaborado pela professora Dilsa Mondardo, que presta consultoria à Escola. Segundo o desembargador Garibaldi, este documento "é o principal meio para o estabelecimento de um programa de formação inicial e continuada, tendo como valores o comprometimento, a credibilidade, o espírito crítico, a ética, a excelência em ações e serviços, o incentivo à produção científica, a inovação, a interdisciplinariedade, o pertencimento e o respeito à liberdade de expressão".

#### **24/05/2013 - NOVO SERVIÇO DO TRIBUNAL REÚNE SETORES DE RECURSO DE REVISTA E DE AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Otimizar a tramitação dos recursos de revista e dos agravos de instrumento, simplificando e padronizando os procedimentos relativos ao trâmite. Foi para atingir essa meta que a administração do Tribunal decidiu reformular as áreas em que os referidos recursos tramitam e criar uma única área responsável pelo seu processamento. Assim, a partir de junho de 2013, foi extinta a Assessoria de Recurso de Revista e passou a existir o Serviço de Recursos, vinculado à Secretaria Judiciária.

O Serviço de Recursos engloba dois setores: o Setor do Recurso de Revista - onde ficaram lotados todos os 14 servidores da Assessoria do Recurso de Revista - e o Setor de Agravo de Instrumento, que conta com duas servidoras da Sejud. O servidor Alexandre de Maia Moraes, da Sejud, tornou-se o diretor do novo Serviço.

A servidora Silvana Schaarschmidt, diretora da Sejud, conta que a tramitação do agravo de instrumento "segue uma dinâmica intimamente ligada à do recurso de revista, o que impõe forte intercâmbio entre a Sejud e a Assessoria, até para efeito de padronização das minutas de despachos". Outra questão apontada por Silvana é quando há peticionamentos endereçados aos processos que se encontram na Assessoria sobre assuntos que não podem ser analisados por ela. "Neste caso, os processos são encaminhados à Sejud que, então, os submete à conclusão da Presidência, sendo este procedimento uma burocratização desnecessária do trâmite processual", aponta a diretora. "As duas áreas sempre estiveram muito ligadas, e a gente



observou que elas deveriam caminhar juntas. Acredito que a relação será mais azeitada, seremos uma família só", completa Silvana.

"Neste momento de mudanças, não me canso de exaltar o árduo trabalho desempenhado por toda a equipe responsável pela análise jurídica dos recursos de revista", disse Alexandre, que assumiu o cargo em 1º de junho de 2013, data em que o Serviço de Recursos foi instalado.

#### **01º/07/2013 - TRT-SC CONCLUI IMPLANTAÇÃO DO PJE-JT NO 2º GRAU**

No dia 1º de julho de 2013, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) conclui a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no 2º grau. A partir desta data, todas as ações de competência originária do Tribunal passaram a ter que ser manejadas pelo novo sistema.

A mudança vai alterar a rotina, principalmente, dos advogados que precisavam protocolar dissídios coletivos, já que mandados de segurança e *habeas corpus* estavam tramitando pelo PJe desde o final de 2012.

Algumas das vantagens do PJe de 2º grau são a tramitação imediata dos autos entre os gabinetes que compõem a câmara de julgamento e o acesso ao voto do relator, de forma simultânea, por todos os desembargadores do colegiado.

Outra característica é a possibilidade de votar antecipadamente, inclusive com a elaboração de voto divergente ou convergente. A rotina facilita o andamento da sessão e reduz o tempo de sua duração, por intermédio do julgamento em bloco dos processos cujos votos não tenham sido modificados. Os acórdãos podem ser assinados em lote, imediatamente após o fim da sessão.

#### **02/08/2013 - NOVO ENDEREÇO PARA GABINETES DE DESEMBARGADORES, TURMAS E ALGUNS SETORES ADMINISTRATIVOS**

A desembargadora-presidente do TRT-SC, Gisele Pereira Alexandrino, assinou, no dia 1º de agosto de 2008, o contrato de locação do Centro Executivo Rio Branco, um prédio com 8,6 mil metros quadrados, que vai abrigar os gabinetes de desembargadores, as Turmas e alguns setores administrativos. A mudança é provisória, inicialmente por um período de cinco anos.

O prédio que abriga os gabinetes atualmente tem mais de 24 anos de uso e, segundo o arquiteto Breno Claudio Bauer, do Núcleo de Projetos e Obras, precisa de reformas. "Algumas instalações já estão defasadas com relação aos parâmetros de mercado, como é o caso dos elevadores, que suportam com dificuldades o grande fluxo de pessoas que transitam diariamente", relata.

São problemas tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, como explica Alexandre Koenig S. Thiago, diretor do Serviço de Obras

e Manutenção (Serom). "Os espaços estão bem aquém das normativas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que estabelecem referenciais mínimos de áreas", assinala.

Como exemplo prático ele cita o recente estudo para lotação de mais um servidor em cada um dos gabinetes, conforme critérios estabelecidos pela Resolução 63 do CSJT. Foi necessário comprometer não apenas a funcionalidade, diminuindo espaços de circulação e distância entre mesas, como também a própria ergonomia, com redução no tamanho dos móveis.

Outro problema relevante é que existe apenas um sanitário para cada gabinete e nenhum para pessoas com deficiência. Cada gabinete ocupa 60 metros quadrados, que serão substituídos por áreas entre 92 e 115 metros quadrados, com maior comodidade para magistrados e servidores.

Vários desembargadores visitaram o local e se manifestaram favoravelmente à troca. Agora, os proprietários têm 90 dias para fazer algumas adaptações necessárias antes da mudança.

A presidente do Tribunal adianta uma novidade. "Estão sendo feitos estudos de viabilidade para construção de uma edificação no espaço hoje ocupado pela área administrativa, com projeto moderno que permita atender aos magistrados, servidores e jurisdicionados de forma digna e com o conforto necessário ao desempenho das atividades institucionais", antecipa.

## **20/08/2013 - INAUGURADA A VARA DO TRABALHO DE PALHOÇA**

Em 20 de agosto de 2013, durante a solenidade de inauguração da nova VT e da implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), a desembargadora-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC), Gisele Pereira Alexandrino, aproveitou para convidar a todos para participar do esforço. *"Não podemos admitir que os direitos reconhecidos judicialmente tornem-se letra morta pela resistência dos devedores em cumprirem o comando judicial já não mais sujeito à discussão"*, avaliou.

A partir do dia 20 de agosto, a Unidade Judiciária Avançada (UJA) de Palhoça se torna Vara do Trabalho (VT) e recebe 900 ações nesta fase - quando não cabem mais recursos. Antes, os processos em execução seguiam para o Foro de São José, onde era feita a cobrança dos créditos.

A UJA de Palhoça funcionou por cinco anos até que a região demonstrou a necessidade de implantação de uma unidade melhor estruturada. O próximo passo, segundo a presidente, será a busca por um espaço para a construção da sede própria. *"Isso, no seu devido tempo"*, ressaltou.

O prefeito Camilo Martins, que advogava antes da vida pública, se colocou à disposição para que seja definido um imóvel

adequado. Comemorando a inauguração, ele falou da dificuldade que enfrentava na profissão para se deslocar até o Foro de São José e sobre a instalação do PJe. "O processo eletrônico é um avanço, não podemos regredir!", destacou.

O presidente da OAB-SC, Tullo Cavallazzi Filho, mencionou a luta da entidade por mais acesso ao Poder Judiciário e disse que a criação de uma vara contribui para isso. "O que nós precisamos é de acessibilidade, não importa se de maneira física ou eletrônica", assinalou.

O juiz José Carlos Külzer, titular da unidade, agradeceu a presença do público que prestigiou a inauguração e convidou para que todos conhecessem a unidade, que chamou de "nossa casa". Ele pediu paciência para os advogados, porque além das ações na fase de execução - que são novidade para os servidores - vão tramitar na vara três tipos de processos: físicos e do Provi - antigo processo virtual do TRT-SC -, ainda remanescentes, e os novos, do PJe-JT. "Estamos começando com 2,7 mil processos, mas esperamos reduzir em breve o número de execuções", adiantou o magistrado.

O primeiro processo: *Verbas trabalhistas, horas-extras e responsabilidade solidária* serão discutidas na primeira ação trabalhista protocolada pelo PJe na vara de Palhoça. A audiência, designada no ato, será no dia 9 de dezembro de 2013.

O advogado do autor, Israel Martins Machado, diz que já atua com o PJe em Florianópolis. Na sua opinião, como qualquer novo sistema ele exige uma adaptação, mas depois tudo fica mais fácil. "Tenho sete ações. A primeira levei uma hora para protocolar, mas agora está tranquilo", garante o profissional.

Posse - na mesma ocasião, tomaram posse o diretor da unidade, Ibis de Moura Cassal, e o assessor do juiz Külzer, Gilberto Martins dos Santos. "Vamos evoluir junto com o processo eletrônico para levar à população um serviço de qualidade", prometeu o novo diretor.

O magistrado elogiou a equipe destacando o espírito público e de colaboração, já que aceitaram se deslocar para a unidade antes mesmo de ela adquirir o status de vara do trabalho. "Se a equipe não funciona, o ambiente não é bom e o serviço não anda. Eu prezo pela equipe e sei que todos vão se empenhar", concluiu o magistrado.

Com a transformação da Unidade Judiciária Avançada (UJA) de Palhoça em vara do trabalho, no dia 20 de agosto de 2013, as ações que foram redistribuídas para ela tiveram mudança em sua numeração. Isso porque a unidade era vinculada ao Foro de São José.

Além de Palhoça, também estão sendo atendidos no município processos das jurisdições de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio.

A mudança foi nos quatro últimos dígitos da numeração dos processos, que se referem à vara na qual eles estão tramitando. Os processos originários de São José e que agora pertencem a Palhoça possuem o CÓDIGO DE ORIGEM 0059 e não mais os daquelas varas (0031, 0032 ou 0054).

Para consultas e protocolos, deve ser usado o mesmo número do processo, mas substituindo este código no campo "origem".

Ao usar o STDI e digitar o número e ano do processo desejado, se o processo foi redistribuído para Palhoça aparecerá na tela mais de uma opção. Uma delas conterá o novo código da vara do trabalho, devendo ser escolhida a opção 0059. O sistema vai gerar automaticamente um novo dígito. Veja o exemplo:

000001 - 2012 - 0031 - 12 - 00 - 1 (número antigo)

000001 - 2012 - 0059 - 12 - 00 - ? (número novo)

A chave de acesso, gerada quando do protocolo de processos do Provi e usada para visualização, não deve ser usada para acessos às ações redistribuídas para a VT de Palhoça. Um novo número foi gerado e poderá ser retirado diretamente naquela unidade judiciária.

## **26/08/2013 - CNJ INICIA CENSO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO**

A ministra Maria Cristina Peduzzi, conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) convocou os 272 mil servidores do Judiciário brasileiro para o I Censo Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo órgão e aberto oficialmente no dia 26 de agosto de 2013, em cerimônia no plenário do Conselho. *"Não se trata apenas de um movimento estatístico; os dados se transformarão em conhecimento. Saber quem são os magistrados e servidores possibilitará que formemos uma rede, uma comunidade pela Justiça. E a excelência na prestação jurisdicional depende da excelência dos servidores e dos magistrados"*, afirmou.

O conselheiro Emmanoel Campelo, também presente na cerimônia de abertura do Censo do Poder Judiciário, reforçou a importância do questionário pioneiro, lembrando que ele servirá como diagnóstico humano da Justiça. *"É uma fotografia inédita do Judiciário, que permitirá ao CNJ traçar metas que atinjam sua função maior que é a de alcançar a excelência na prestação jurisdicional"*.

O Censo Nacional do Poder Judiciário pretende traçar um perfil dos magistrados e dos servidores de todos os órgãos da Justiça e ficará à disposição dos servidores por 45 dias.

O Conselheiro Guilherme Calmon, para quem o Censo é a possibilidade concreta de aperfeiçoamento dos serviços da Justiça. *"A vocação principal do CNJ é apresentar políticas públicas no âmbito do Judiciário que permitam o melhoramento da prestação jurisdicional, mas para pensar políticas, é preciso conhecimento. O censo faz parte da iniciativa desse conhecimento; é fundamental nessa empreitada"*, enfatizou Calmon.

## **26 A 30/08/2013 - SEMANA DA EXECUÇÃO: PRESIDENTE DO TRT CONDUZ ACORDO DE QUASE R\$ 500 MIL**

Instituída pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Semana da Execução está sendo realizada conjuntamente por todos os 24 TRTs do país. A expectativa é de que os números de 2013 sejam ainda melhores que os do ano passado. Em 2012 foi registrado, em todo o Brasil, o pagamento de R\$ 643 milhões em dívidas trabalhistas

A terceira edição da Semana Nacional de Execução Trabalhista, ocorrida de 26 a 30 de agosto de 2013 em todos os TRTs do país para agilizar o pagamento de dívidas trabalhistas produziu bons resultados em Santa Catarina.

O TRT-SC arrecadou quase R\$ 10 milhões com acordos em processos em execução. O TRT-SC homologou 198 acordos, nos 1º e 2º graus, e arrecadou com eles R\$ 6,2 milhões durante a 3ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, que aconteceu de 26 a 30 de agosto. Em todo o país, nos 24 tribunais regionais, o valor foi superior a R\$ 658 milhões, de acordo com o Executômetro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Algumas unidades judiciárias começaram a fazer o mutirão em junho, de 3 a 7, período inicialmente previsto para a realização da Semana Nacional. Na ocasião foram arrecadados outros R\$ 2,3 milhões.

Na 12ª Região a Vara do Trabalho de Imbituba registrou o recorde de valor em acordos, arrecadando R\$ 706 mil num único dia. Paralelamente às conciliações nos processos em execução - quando a dívida já está reconhecida judicialmente mas ainda não foi paga -, houve mais 314 acordos nos que ainda estão na fase de conhecimento, aquela em que cabem recursos. Esses acordos somaram mais R\$ 2,6 milhões.

Além de audiências de conciliação, durante a semana foram realizados diversos leilões de bens como imóveis, veículos, eletrodomésticos e equipamentos industriais. A Vara do Trabalho de Timbó conseguiu R\$ 765 mil com arrematações e, em todo o estado, elas somaram R\$ 1,3 milhão.

#### NÚMEROS FINAIS - TRT-SC:

Acordos homologados no 1º grau	176;
Valor arrecadado com acordos homologados no 1º grau	R\$ 5.013,575,60
Valor arrecadado com acordos homologados no 1º grau (junho)	R\$ 2.337.692,28
Acordos homologados no 2º grau	22
Valor arrecadado com acordos homologados no 2º grau	R\$ 1.252.443,96
Valor arrecadado com leilões	R\$ 1.308.009,80
Total de acordos homologados na fase de execução no TRT/SC (1º e 2º graus)	198
Total arrecadado no TRT/SC	R\$ 9.911.721,64
Total arrecadado em todo o Brasil (executômetro)	R\$ 426.581.499,22

Nos quatro primeiros dias do evento, foram realizadas 299 audiências de conciliação no primeiro e segundo graus, somente de processos que estão em fase de execução. Foram homologados 166 acordos, alcançando o índice de pouco mais de 55% de conciliação. Com esses acordos foram arrecadados aproximadamente R\$ 4 milhões, que

chegarão mais rapidamente às mãos dos credores, aí incluídos a Previdência Social e a Receita Federal.

Os leilões também obtiveram um ótimo desempenho nos quatro primeiros dias da Semana. Foram apregoados 807 bens, que renderam mais R\$ 2,7 milhões. Somente a 4ª VT de Criciúma, por exemplo, arrecadou mais de R\$ 500 mil no dia 26 de agosto de 2013 com leilões realizados na unidade judiciária.

Audiência conduzida pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC), desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, pôs fim a dois processos contra a empresa Jotur Auto Ônibus e Turismo. A audiência ocorreu na sala de sessões da 1ª Turma, no dia 30 de agosto de 2013. Uma das partes fechou o acordo em torno de R\$ 127 mil e a outra em quase R\$ 355 mil. Um dos processos tramitava desde 2007 e outro do ano seguinte.

Por determinação do Tribunal, foi liberado o valor de R\$ 100 mil, fruto de restituição de valores recolhidos indevidamente ao INSS em outro processo da empresa. Esse montante foi utilizado para dar início à quitação da dívida: cada parte ficou com R\$ 50 mil mais R\$ 4,5 mil, valor remanescente do

Pelos dados finais aproximados, cerca de R\$ 6,3 milhões, resultantes de acordos na execução, serão finalmente repassados a trabalhadores que ganharam causas mas não tinham recebido por dificuldades de cobrança.

Mais de R\$ 500 mil foram arrecadados em leilões, na 4ª Vara do Trabalho de Criciúma. Foram seis leilões. Um deles, resultante de um processo protocolado há mais de cinco anos, era do motorista de uma empresa de móveis que foi à falência. O empregado, então, foi transferido para outra empresa, da mesma família. Ele pedia verbas trabalhistas e indenizações. Depois de três anos da sentença, quando o processo transitou em julgado e os empresários perderam todos os recursos, o trabalhador deverá receber seu direito, com a venda em leilão que rendeu R\$ 233 mil. No mesmo dia, duas hastas públicas foram suspensas na unidade. Uma porque o devedor quitou a execução de R\$ 43,9 mil e outra porque a dívida foi parcelada.

#### **28/08/2013 - JUSTIÇA DO TRABALHO APRECIA PEDIDO DE INTERDITO PROIBITÓRIO FEITO PELA CANAVIEIRAS TRANSPORTES**

A empresa Canasvieiras Transportes Ltda. ajuizou, no dia 28 de agosto de 2013, ação de interdito proibitório, distribuído para a 3ª Vara do Trabalho (VT) da Capital, contra o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano de Passageiros da Região Metropolitana de Florianópolis (Sintraturb), requerendo liminar para impedir que a entidade atrapalhe, de alguma forma, a sua posse sobre os ônibus, a sede, os terminais integrados de transporte e os estacionamentos. Pediu, ainda, que a Justiça do Trabalho garanta a circulação da frota em 40% nos horários normais e de 80% nos horários de pico - das 6h30min às 9h e das 16h30min às 20h30min.

O juiz Luciano Paschoetto decidiu, hoje à tarde, apenas pela manutenção da posse dos bens da empresa, sob pena de multa de R\$ 5 mil por dia, mas não apreciou o pedido de limitação de possível atividade de greve, em razão de já existir processo sobre a **matéria tramitando** no Tribunal Regional do Trabalho catarinense. Ele também registrou que todos os pedidos da empresa feitos na ação agora proposta, já foram julgados e que, caso ela entenda que tal decisão foi descumprida pelo Sintraturb, deve se manifestar no processo de dissídio coletivo, que tramita no TRT-SC.

## **28/08/2013 - COLEPRECOR PARTICIPA DA ABERTURA DA REUNIÃO DE INTEGRAÇÃO ENTRE E-GESTÃO E PJE**

Os presidentes e corregedores dos TRTs que estão no Coleprecor participaram, no dia 28 de agosto de 2013, da abertura da reunião técnica de integração dos sistemas do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias (e-Gestão). Tanto o Coleprecor quanto a reunião técnica para a integração dos dois sistemas prosseguem até o dia 29, no Tribunal Superior do Trabalho.

Ao abrir a reunião, o presidente do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, ressaltou que a função maior do e-Gestão é reunir informações indispensáveis ao planejamento, diagnóstico e levantamento de diretrizes que imprimam maior eficácia às políticas e metas traçadas pela Justiça. "Precisamos nos basear em informações atualizadas e detalhadas para realizar o planejamento das atividades e o monitoramento das políticas de gestão", afirmou. "Destaco a fundamental relevância do e-Gestão, instrumento único de balizamento estatístico utilizado para todo o planejamento estratégico do Poder Judiciário do Trabalho".

Também integraram a mesa de abertura o vice-presidente do TST, ministro Antônio José de Barros Levenhagen; o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Ives Gandra Martins Filho; o coordenador do Coleprecor, desembargador Tarcísio Valente; o coordenado do grupo do PJe-JT de segundo grau e do Grupo de Integração do PJe com o e-Gestão, desembargador Ricardo Mohallem; e a coordenadora do Comitê Nacional do e-Gestão, desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann.

O corregedor-geral relatou na abertura que um problema identificado quando das correções já realizadas diz respeito ao fato do PJe ainda não gerar dados estatísticos, realidade corrigida com a integração entre os dois sistemas. Mesmo diante desse novo cenário, o ministro Ives Gandra defendeu que seja dada prioridade, por parte dos TRTs, ao trabalho de alimentação dos sistemas. Isso porque, principalmente em relação aos processos físicos, ainda há a necessidade de alimentação por parte dos tribunais. "O trabalho que

foi feito e que agora está sendo disponibilizado diz respeito à integração do PJe com o e-Gestão, mas não dispensa os tribunais de continuarem qualificando os dados, para que possamos ter um retrato fiel do funcionamento da Justiça", analisou o Ministro.

### **03/09/2013 - TRT-SC TEM SETE NOVAS SÚMULAS**

Cobrança abusiva pelo cumprimento de metas caracteriza dano moral indenizável.

*"Embora regular a fixação e cobrança de metas, o abuso caracteriza dano moral indenizável".*

Este é o texto da Súmula 47 do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC), que caracteriza a interpretação pacífica da Corte e que deve, a partir de agora, dar uniformidade às decisões.

A desembargadora Águeda Maria Lavorato Pereira, da 1ª Turma, já tinha este posicionamento. Em decisão recente, ela se manifestou dizendo que *"o conhecido objetivo das instituições comerciais de obter a maior lucratividade possível não pode servir de mote para humilhações dos seus empregados. O ser humano tem que ser tratado com dignidade no seu ambiente de trabalho."*

Já o desembargador Gracio Ricardo Barboza Petrone, que atua na 3ª Turma, diz que *"o poder diretivo do empregador deve ser admitido desde que não haja rigor excessivo em suas cobranças, a ponto de causar danos ao empregado."*

Além desta, foram publicadas no dia 3 de setembro de 2013, no Diário Oficial Eletrônico (DOE), outras seis novas súmulas:

#### **AS SETE NOVAS SÚMULAS DO TRT-SC**

**SÚMULA Nº 40:** "FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando descumprido o prazo previsto no art. 145 da CLT."

**SÚMULA Nº 41:** "EMBARGOS DE TERCEIRO. ILEGITIMIDADE DA PARTE. ARTS. 1.046 E 1.047 DO CPC. A parte que figura como executada no processo principal não tem legitimidade para ajuizar embargos de terceiro."

**SÚMULA Nº 42:** "LITISPENDÊNCIA. INOCORRÊNCIA. AÇÃO COLETIVA E AÇÃO INDIVIDUAL. A ação coletiva não induz litispendência com a ação individual, seja proposta pelo Sindicato ou pelo Ministério Público do Trabalho."

**SÚMULA Nº 43:** "MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM À JORNADA DE TRABALHO. NORMA COLETIVA. FLEXIBILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19-6-2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não prevalece cláusula prevista em norma coletiva que elasteça o seu limite."



**SÚMULA Nº 44:** "DOENÇA OCUPACIONAL. CONCAUSALIDADE. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Mesmo que de origem multifatorial, comprovado que o trabalho contribuiu para a eclosão ou agravamento da patologia, o dano é passível de indenização."

**SÚMULA Nº 45:** "FRAUDE À EXECUÇÃO. CONFIGURAÇÃO. O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente." (Súmula nº 375 do STJ)

**SÚMULA Nº 46:** "INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS. A atividade de limpeza de banheiros públicos, utilizados por grande fluxo de pessoas, equipara-se à coleta de lixo urbano, sendo insalubre em grau máximo, nos termos da NR-15, Anexo 14, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho."

**SÚMULA Nº 47:** "COBRANÇA ABUSIVA DE CUMPRIMENTO DE METAS. DANOS MORAIS. CABIMENTO. Embora regular a fixação e cobrança de metas, o abuso caracteriza dano moral indenizável."

Quanto à Súmula 21, que dizia que era da Justiça do Trabalho a competência para tratar de complementação dos proventos de aposentadoria, foi cancelada. A decisão foi tomada pelo Tribunal Pleno diante da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 586.456, com repercussão geral reconhecida, no sentido de que cabe à Justiça Comum julgar processos decorrentes de contrato de previdência complementar privada.

#### **12/09/2013 - CONCURSO TRT-SC: DIVULGADA LISTA DE CANDIDATOS APROVADOS**

Mais de 1,8 mil candidatos conseguiram emplacar seus nomes na lista de aprovados do concurso de seleção de novos servidores para a Justiça do Trabalho catarinense. O resultado, disponibilizado em 12 de setembro de 2013, e considerado publicado no dia 13, é provisório, pois os candidatos têm dois dias úteis de prazo para recorrer, subsequentes à publicação do edital no Diário Oficial Eletrônico (DOE) do TRT-SC.

Para o cargo de analista foram classificados 1.284 candidatos, entre eles, 145 pessoas com deficiência. Para o de técnico foram 578 classificados, sendo 87 com deficiência.

#### **13/09/2013 - TRT-SC INAUGURA PÁGINA NO FACEBOOK**

A partir de 13 de setembro de 2013, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) passa a ter mais um canal de comunicação com a sociedade: o Facebook. A operação da nova ferramenta ficará a cargo da assessoria de comunicação social da Instituição. O objetivo é o de oferecer mais uma via de divulgação de

decisões judiciais relevantes, da jurisprudência e da produção informativa em geral, aí incluída a série de entrevistas institucionais produzidas para a TV Justiça e emissoras parceiras, além de vídeos institucionais.

As redes sociais têm dominado os conteúdos da Internet ocupando um espaço antes reservado ao modelo clássico de comunicação emissor-receptor. Hoje, todos conversam entre si e não apenas interagem com as notícias emitidas pelos meios tradicionais, como também atuam, colaborativamente, como produtores e difusores de informação. As redes sociais, assim, realizam a façanha de agregar e interligar pessoas com interesses comuns. Elas estão em um espaço público e reúnem conteúdo dinâmico com interatividade, o que permite a recepção de feedbacks dos usuários.

No país, além do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), 15 TRTs já utilizam o Facebook.

#### **06/10/2013 - TRT-SC REÚNE MAGISTRADOS E PERITOS EM PROGRAMAÇÃO DEDICADA AO PROGRAMA TRABALHO SEGURO**

A programação do 1º Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho de Santa Catarina, realizado de 10 a 11 de outubro de 2013, foi dedicada exclusivamente ao programa Trabalho Seguro, com ênfase nas perícias médicas. Poucas vezes se viu magistrados e médicos reunidos para discutir assuntos em comum, presentes em milhares de ações trabalhistas. Ao todo, 34 médicos-peritos que atuam em Santa Catarina aceitaram o convite da Administração para participar do evento, que acabou funcionando como uma verdadeira capacitação.

Na abertura dos trabalhos, a presidente do TRT-SC, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, agradeceu a presença dos médicos e também dos representantes das instituições que integram o programa Trabalho Seguro, do qual também é coordenadora do Comitê Gestor Regional.

As seguintes instituições estiveram representadas: Sinduscon (Grande Florianópolis e Itapema), Serviço Social do Sinduscon da Grande Florianópolis, Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Santa Catarina (Fetiesc), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

Foram discutidos assuntos como a apresentação, linguagem e fundamentação do laudo, quesitos, honorários, necessidade de um local adequado nas varas para a realização da perícia, formação do perito, celeridade das perícias e outras dificuldades técnicas recorrentes.

#### **24/10/2013 - PRESIDENTE E JUIZ DO TRT HOMENAGEADOS EM EVENTO DA AMB**

A desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, presidente do TRT-SC, e o juiz titular da 3ª VT de Blumenau, José Lucio Munhoz, foram homenageados no dia 24 de outubro de 2013, na abertura do V

Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje). Além deles, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF; o governador do estado Raimundo Colombo e o prefeito da Capital Cesar Souza Junior.

A Presidente Gisele e o juiz Munhoz foram homenageados com a Comenda Cruz do Mérito Judiciário

O evento, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), foi realizado no Costão do Santinho, em Florianópolis, e são esperados mais de 700 magistrados. Durante três dias, juizes e desembargadores de todo o país vão participar de palestras com temas que envolvem o trabalho do Judiciário brasileiro, além de trocar experiências e aprimorar os conhecimentos.

O tema do encontro "Magistrado - Garantidor da Democracia" vai contar com a participação de juristas renomados e especialistas em Direito. Todos os debates têm como objetivo central, o papel do juiz como agente fundamental à consolidação dos direitos primordiais e constitucionais dos cidadãos.

#### **11/11/2013 - ADMINISTRAÇÃO DO TRT-SC ZERA DEFICIT DAS VARAS DO TRABALHO E DOS GABINETES DOS DESEMBARGADORES E RECOMPÕE ÁREAS DE APOIO**

Com a homologação do concurso público no último dia 25 de outubro de 2013, foi possível garantir a lotação-padrão das unidades-fim da Instituição e permitir a oxigenação e profissionalização das áreas de apoio administrativo e judiciário com a lotação de servidores ocupantes de cargos especializados.

O deficit das varas do trabalho e gabinetes de desembargadores foi zerado em março de 2013, quando do término de validade do concurso de 2010, mas, no decorrer da organização do novo certame, novas unidades deficitárias foram surgindo.

Entre 2010 até hoje, a 1ª instância teve um acréscimo de 50 servidores, muitos decorrentes de cargos de aposentadorias da área-meio, que foram deslocados para a área-fim. Nos gabinetes de desembargadores, entre os anos 2009 e 2013, houve ampliação do quadro com a lotação de mais dois novos servidores, ou seja, a lotação subiu de 9 para 11 em cada gabinete. Existem 9 unidades com superavit e hoje a área administrativa representa um percentual de 23,76%, quando o previsto na Resolução nº 63/2010 é de 30%.

O Concurso selecionou para novas categorias. Assim, mesmo dando continuidade ao foco na lotação na atividade-fim, a profissionalização da área administrativa também mereceu atenção da atual Administração. "A administração pública, ao longo dos anos, está cada vez mais complexa e técnica, exigindo novas competências dos servidores que atuam na área. Também são inúmeras as resoluções e demandas dos conselhos superiores, que exigem um quadro adequado e especializado", afirma a presidente do TRT-SC, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino. "É gratificante saber que hoje podemos preencher

a lotação da atividade-fim, sem descuidar das áreas de apoio administrativo e judiciário", comemora.

Para isso o certame público homologado abrangeu categorias não previstas nos concursos realizados nos últimos anos que se restringiram apenas às categorias de Analista Judiciário, Área Judiciária e Técnico Judiciário, Área Administrativa. A partir deste concurso, o TRT catarinense contará com candidatos habilitados em categorias profissionais como Oficial de Justiça Avaliador, Psicólogo, Engenheiro Civil, Estatístico, TI (Analista e Técnico), Analista Área Administrativa, além do Analista Área Judiciária e Técnico Área Administrativa.

Outra mudança significativa diz respeito à flexibilização do tempo para remoção interna, que possibilita a remoção de servidores com menos de 2 anos de exercício na primeira remoção, mantendo os 2 anos para as remoções subseqüentes. "Achei importante, pelo princípio da isonomia, garantir aos servidores que já compõem o quadro a aplicação dos itens 5, 5.1 e 5.2 do Capítulo XIII do Edital de Concurso Público 01/2013", afirma a presidente. Com essa iniciativa, serão abertas mais possibilidades de seleção para as unidades e, também, mais oportunidades aos servidores para que atuem nas áreas e cidades de seus interesses.

"Sabemos que na área de gestão de pessoas é difícil construir uma regra universal, que atenda a todos os interesses, mas esperamos, com essas iniciativas, chegar mais perto do ideal", conclui a desembargadora-presidente.

## **20/11/2013 - MINISTRO IVES GANDRA MARTINS FILHO REALIZA INSPEÇÃO NO TRT CATARINENSE**

De 20 a 22 de novembro de 2013, O Ministro Corregedor-Geral realizou a 11ª Inspeção de 2013 no Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Além das Inspeções, foram realizadas 9 Correições Ordinárias, totalizando 20 visitas.

Após analisar os dados dos sistemas institucionais e as informações prévias encaminhadas pela Administração do 12º Regional, alguns itens foram objeto de destaque durante os trabalhos da Inspeção como a produtividade do 2º Grau do 12º TRT (relação entre os feitos solucionados e aqueles recebidos) que aumentou de 96,7%, em 2011 (19º lugar no ranking nacional), para 105,6%, em 2012 (6ª colocação). Atualmente, constata-se que se mantém firme o combate ao resíduo processual, sendo que no 1º semestre de 2013 a taxa de produtividade manteve-se em 105%.

Ainda, o prazo médio entre a distribuição e a restituição pelo relator encontra-se em 29 dias, bem abaixo da média nacional, hoje em 61 dias.

A taxa de reforma das decisões prolatadas pelo Tribunal de Santa Catarina, de 69,7% em sede de recurso de revista, abaixo da

média nacional, que é de 70,8%. No caso dos agravos de instrumento, a taxa de reforma foi de 8,5%, em linha com a média do país, de 8,7%. Embora com bons índices de reforma de suas decisões, verificou-se, com base nos dados preliminares, que os casos de provimento dos recursos referem-se a temas recorrentes e já consolidados pela jurisprudência do TST.

Um ponto que chamou a atenção do Ministro-Corregedor foi o decréscimo na taxa de produtividade da 1ª instância de Santa Catarina, de 98,8% (2011) para 97,8% (2012) o que fez o Regional passar do 5º para o 9º lugar no ranking nacional. De outro lado, um ponto positivo foi o alto índice de conciliações e acordos, 49,4%, sendo a 3ª conciliação mais efetiva do país.

Em relação às execuções iniciadas e desarquivadas, verificou-se que a taxa de produtividade alcançou 97,6%, 17º lugar no ranking nacional, o que representa um decréscimo de 3,2% em relação ao ano de 2011. Dessa forma, constata-se que, até o momento, não foi cumprida a meta 17 de 2012 do CNJ (aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011). Ainda, a taxa de congestionamento ficou em 55,7%, abaixo da média do país que é de 70%.

No que diz respeito ao custo médio do processo, relação entre as despesas do Tribunal e o número de processos solucionados em 1ª e 2ª instâncias, o TRT de Santa Catarina apresenta-se como o 10º processo mais oneroso de todo o país, com o custo médio de R\$ 4,3 mil.

Ainda objeto de análise do Ministro Ives Gandra durante a Inspeção, foi o fato de 21 juízes titulares residirem fora da comarca em que exercem jurisdição, dos quais, somente 8 estão devidamente autorizados pelo Tribunal.

Na Inspeção também foram apurados dados relativos às estruturas judicial e administrativa, à tecnologia da informação, à movimentação processual, à arrecadação, aos valores pagos a título de direitos trabalhistas, ao vitaliciamento dos juízes do trabalho substitutos, à Escola Judicial e ao relacionamento do Tribunal com o Ministério Público do Trabalho e com a Ordem dos Advogados do Brasil. O Corregedor-geral elogiou instalações do Fórum Trabalhista da Capital e reuniu-se com desembargadores e juízes de Florianópolis para ouvir as principais dificuldades da primeira instância.

No dia 22 de novembro, às 13h30min, na sala de sessões do Tribunal Pleno, em sessão pública, foi apresentado o Relatório da Inspeção, evento que foi transmitido ao vivo pela rede mundial de computadores.

A leitura do relatório foi feita pelo ministro Ives Gandra Martins Filho, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, foi acompanhada por desembargadores e público presente. O Corregedor-geral elogiou produtividade e índice de conciliações.

Movimentação processual - no 2º grau, a produtividade do TRT-SC - relação entre os processos solucionados e os recebidos - saltou de 96,7%, em 2011, para 105,9%, rendendo, em 2012, a 6ª colocação no ranking nacional.

Em 2013, o prazo médio contado entre a distribuição do feito até a sua restituição pelo relator foi de 28 dias (5º lugar), bem abaixo da média nacional de 58 dias. Da mesma forma, o prazo entre o recebimento e a publicação do acórdão é de 115 dias (9ª colocação), abaixo da média nacional de 144 dias.

No ano passado, a taxa de reforma pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), das decisões proferidas pelo Regional em recurso de revista, ainda que parcialmente, ficou em 69,7%, a 11ª mais baixa do país (média nacional: 70,8%). O ministro registrou que foi identificada colisão entre a jurisprudência do TRT-SC e entendimentos já consolidados pelo TST, em relação a alguns temas recorrentes (Súmulas 437, I e II; 219, I; e OJ 394, da SBDI-1, todas do TST), "o que talvez explique a elevada taxa de recursos ao TST e de reforma das decisões regionais", menciona o relatório.

No ano de 2012, na 1ª instância, a taxa de congestionamento processual ficou em 30,7%, contra 34,1% da média nacional. Os juízes resolveram, em média, 666,5 casos cada um, dos quais 49,4% foram solucionados por meio de acordo, constituindo a 3ª conciliação mais efetiva do país.

PJe-JT. Segundo a equipe observou durante a inspeção, o acesso ao PJe-JT tem se mantido estável, apesar de ainda haver certa instabilidade durante as sessões de julgamento. "Talvez seja o caso de que, para o ano de 2014, o prosseguimento de instalação do PJe-JT na Região, já contemplada com processo virtual próprio, possa ser feita de forma mais paulatina, até que o sistema esteja plenamente estabilizado e com suas inconsistências sanadas", sugere o relatório.

Após a leitura da ata de inspeção, a desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, presidente do TRT-SC, manifestou satisfação com o conteúdo do relatório. "A conclusão desta inspeção demonstra o que nós já sabíamos: a competência e comprometimento de todas as pessoas que atuam no TRT. Esta inspeção é muito importante para que possamos fazer uma reflexão sobre o caminho que o Tribunal vem percorrendo", afirmou.

Em seguida, antes de encerrar a sessão, o ministro Ives Gandra voltou a elogiar o TRT-SC. "É um Regional que se destaca no quadro geral de tribunais do trabalho de todo o país, seja pelo 2º grau julgar mais processos do que recebe, seja pelo índice médio de 50% de conciliação. Mas, como o ser humano é perfectível, deve sempre buscar melhorar ainda mais", concluiu.

## **25/11/2013 - FORO DE LAGES PASSA A CONTAR COM 3ª VARA DO TRABALHO E COM PROCESSO ELETRÔNICO**

Além da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), no dia 25 de novembro de 2013, foi inaugurada a terceira Vara Trabalhista de Lages, em solenidade no Foro Trabalhista local.

O principal motivo que levou o Pleno do TRT-SC a decidir pela criação da 3ª Vara do Trabalho de Lages foi o expressivo aumento da movimentação processual.

Desde 2009, o Foro vinha ultrapassando a marca de 1,5 mil ações recebidas anualmente, critério estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para a criação de novas unidades em municípios que já possuem vara do trabalho. A grande extensão territorial da jurisdição, a maior do Estado, com 15.727 quilômetros quadrados, também pesou na decisão. A nova unidade não deixa de ser também uma conquista da comunidade local, que desde 2011 vem se mobilizando pela implantação.

*"A criação da 3ª Vara é fruto de intensa luta e união da direção do Foro de Lages, com apoio dos magistrados que aqui atuam, especialmente da juíza Andrea Cristina Haus Bunn, que será a titular da nova unidade, e também da OAB local, de entidades sindicais de trabalhadores e empregadores, de associações de classe e de autoridades, como o governador, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores",* declarou a juíza Patrícia Sant'Anna, titular da 1ª VT e diretora do Foro lageano.

A 3ª VT de Lages, foi instalada no mesmo prédio onde funcionam as outras duas, no Fórum Trabalhista atual, em imóvel próprio. Isto foi possível após uma reforma no pavimento térreo, que passou a abrigar a nova VT, a Central de Atendimento e Execução de Mandados, sala da OAB, sala multiuso, arquivos, instalações sanitárias para o público e um fraldário, pioneiro entre as sedes da Justiça do Trabalho no Estado. Os postos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil foram transferidos para o anexo do prédio principal.

Além da inauguração da nova unidade, a comunidade jurídica de Lages passou a dispor do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), sendo a sétima jurisdição de Santa Catarina a funcionar com o sistema, já implantado em Navegantes, Joinville, Florianópolis, Chapecó, Palhoça e São José. Com Lages, o PJe-JT chega a 40,68% das varas do trabalho no Estado, atingindo a meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (40% das unidades).

O PJe-JT foi desenvolvido inicialmente pela Justiça Federal da 5ª Região e acabou sendo adotado pelo CNJ para servir de modelo para todos tribunais, de todas as Justiças. A ideia é que, futuramente, todos os sistemas migrem para o PJe-JT. Por ser eletrônico, é um sistema que dispensa o papel. As ações são propostas diretamente pela internet, e o processo fica disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, podendo ser acessado de qualquer computador com o uso do certificado digital. O Advogado Sérgio Omizollo protocolou primeira ação eletrônica do Foro de Lages

Mais de 20 mil processos já foram propostos pelo PJe-JT desde sua implantação em Santa Catarina, em dezembro de 2011. O sistema está presente em todos os 25 tribunais do trabalho, num total de 830 varas e com mais de 800 mil processos em tramitação.

**25/11/2013 - TRT-SC IMPLANTA PJe-JT EM 40% DAS VARAS E ATINGE META DO CNJ**

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) atingiu, no dia 25 de novembro de 2013, a Meta 12 estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) em pelo menos 40% das varas do trabalho de cada Regional.

A meta foi alcançada com a expansão do sistema para o Foro Trabalhista de Lages, que passou a contar também com uma terceira VT no município. Agora, 24 das 59 unidades judiciárias no estado (40,68%) estão funcionando com o PJe-JT. A implantação foi concretizada com a distribuição automática da primeira ação, protocolada pelo advogado Sérgio Luiz Omizollo, logo na sequência da solenidade de inauguração da terceira vara.

Para a presidente do TRT-SC, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, a Justiça do Trabalho está sendo protagonista na implantação do PJe-JT, projeto que considera estratégico para buscar uma prestação jurisdicional mais célere, eficiente e com maior responsabilidade institucional.

*"Passados os primeiros percalços, naturais em um projeto desta envergadura, tenho a certeza de que as gerações vindouras saberão reconhecer o valor e o espírito público que nortearam os desbravadores deste novo horizonte"*, afirmou a presidente durante seu discurso, referindo-se ao pioneirismo do TRT catarinense na implantação do sistema em duplo grau de jurisdição.

A juíza Patrícia Pereira de Sant'Anna, titular do Foro, disse que o PJe-JT é um caminho sem volta, que mudará todos os paradigmas do Poder Judiciário. *"Somente com as experiências, sucessos e fracassos teremos um processo eletrônico de excelência"*, afirmou, agradecendo também à Administração do TRT pelo número "expressivo" de horas-aula de capacitação oferecidas às juízas e aos servidores do Foro.

O presidente da subseção da OAB-SC em Lages, Marcelo Menegotto, disse esperar que o PJe-JT venha, efetivamente, a se constituir no processo eletrônico único e nacional. E ressaltou a importância da parceria que vem sendo estabelecida entre a Ordem e o Tribunal, principalmente no tocante à capacitação.

**29/11/2013 - REGULARIZADA A ESCRITURA DO TERRENO DA FUTURA SEDE PRÓPRIA DA VT DE NAVEGANTES**

A desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, presidente do TRT, e a superintendente da Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU-SC), Sílvia Beatriz Rizzieri De Luca, assinaram no dia 29 de novembro de 2013, o termo de ratificação da escritura pública de doação do terreno onde será construída a sede própria da VT de Navegantes. O corregedor do Tribunal, que assume a presidência



nesta sexta-feira, Edson Mendes de Oliveira, também esteve presente e testemunhou o ato. A escritura do terreno, que tem pouco mais de 1,8 mil m<sup>2</sup> e foi doado pelo município em 2011, indicava como recebedor o TRT, sendo que o correto é constar que a propriedade é da União. Além da retificação da escritura, foi firmada a entrega do terreno ao Tribunal.

## **02/12/2013 - TRT-SC INAUGURA NOVA SEDE JUDICIÁRIA DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Em 2 de dezembro de 2013, a Presidente e o Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 12<sup>a</sup> Região, inauguraram as novas instalações da área judiciária da segunda instância, que abrigará gabinetes de desembargadores e área judiciária. A nova sede fica no prédio Centro Executivo Rio Branco, na Av. Rio Branco, nº 919, com área total de 8,7 mil metros quadrados, está localizada na avenida de mesmo nome, no número 919, a cerca de 450 metros da sede do TRT localizada na Rua Esteves Júnior.

A solenidade foi prestigiada por desembargadores, juízes e servidores da Justiça do Trabalho catarinense; pela procuradora-chefe da Procuradoria do Trabalho da 12<sup>a</sup> Região, Ângela Cristina Santos Pincelli; pelo representante da presidência da OAB-SC, Felipe Iran Borba Caliendo, além de outras autoridades e convidados especiais.

A necessidade da mudança, constatada há vários anos, ficou ainda mais evidente após a edição de normas específicas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que estabelecem, entre outras diretrizes de projetos, referenciais mínimos de áreas a serem observados nos ambientes de trabalho. *"Não é possível ficarmos em prédios públicos obsoletos e que não atendam com conforto aos interesses dos jurisdicionados. É importante que o espaço público acessível deva estar disponível a todos, inclusive para pessoas com necessidades físicas especiais, idosos e crianças"*, observou o advogado Felipe Caliendo, o primeiro a discursar na solenidade.

A desembargadora-presidente do TRT-SC, Gisele Pereira Alexandrino, lembrou que o edifício-sede da Esteves Júnior, inaugurado há 24 anos, já está necessitando de reformas, porque algumas instalações encontram-se defasadas com relação aos parâmetros de mercado. *"Um exemplo é o dos elevadores, que suportam com dificuldades o grande fluxo de usuários que diariamente transita pela edificação"*, assinalou.

Além da questão dos elevadores, os espaços disponíveis atendiam mais às necessidades do programa de atividades dos gabinetes de desembargadores. Em recente estudo para lotação de mais um servidor em cada gabinete, na maioria das situações foi necessário comprometer não apenas a funcionalidade - espaços de circulação, distância entre mesas - mas, também, a própria ergonomia, com

adaptações que implicaram em redução no tamanho dos móveis ergonômicos do tipo padrão em uso no Tribunal.

No novo prédio, alugado pelos próximos cinco anos, serão instalados dois gabinetes de desembargador por andar que, em função das características do edifício, terão duas metragens distintas: 92,27 e 115,33 metros quadrados, considerando a área total. As salas dos desembargadores contam, em ambos os casos, com 20 metros quadrados e sanitário privativo. Nas duas situações houve uma significativa melhoria nesse quesito, já que os espaços totais dos gabinetes no edifício da Rua Esteves Júnior não ultrapassam os 60 metros quadrados, além de possuir apenas um sanitário para os servidores e o desembargador, sem distinção de gênero.

A questão da acessibilidade também foi contemplada no projeto de adaptação do imóvel, implementado pelos proprietários. As salas dos desembargadores serão acessíveis a pessoa em cadeira de rodas, assim como uma parte dos postos de trabalho da secretaria. Também estará disponível um sanitário acessível em cada pavimento de gabinetes, junto ao hall dos elevadores.

### **Inauguração do Memorial da Justiça do Trabalho de Santa Catarina**

Após o discurso da presidente e o descerramento da placa de inauguração, os presentes seguiram para o saguão ao lado, onde foi instalado o novo Memorial do TRT, um espaço criado para abrigar exposição permanente e também exposições temporárias. O local será administrado pelo Setor de Memória Institucional do Tribunal.

*"A intenção é transformar o Memorial num espaço cultural, inclusive com o uso de ferramentas multimídias. Além da exposição de objetos antigos e simbólicos, como a ata de instalação do TRT em Santa Catarina, móveis e ferramentas de trabalho de antigamente, futuramente o espaço poderá receber exposições temáticas",* explica a servidora Elisete Maria da Cunha, responsável pelo Setor de Memória.

### **Lançamento do Livro "Justiça Seja Feita! 32 Anos de História do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina"**

Além da inauguração do novo espaço, foi também lançado o Livro "Justiça Seja Feita! 32 Anos de História do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina", que conta a história da instalação da Justiça do Trabalho no Estado, retratando o contexto histórico em que ela foi inaugurada, os personagens centrais, a modernização das sedes, entre outros fatos. Ricamente ilustrada, a obra foi realizada por um historiador, com o apoio de servidores do Tribunal.

Além da inauguração da nova sede judiciária, a presidente Gisele também mencionou no seu discurso o novo espaço aberto no saguão do edifício para o Memorial da TRT-SC, um espaço para exposições temporárias e permanentes que será administrado pelo Setor de Memória Institucional.

O Memorial foi inaugurado com a exposição itinerante comemorativa aos 70 anos da CLT, trazida pelo Tribunal Superior do Trabalho. Além de uma linha do tempo, a mostra traz documentos históricos como o primeiro dissídio coletivo julgado pelo TST, de 1948; jornais da década de 30 e 40, que retratam o contexto social e político em que foi criada a CLT; informações sobre as conquistas dos trabalhadores e fotografias dos aniversários comemorados pela legislação ao longo das sete décadas de existência.

Servidor do TST ministra curso sobre restauração de documentos. Durante a semana, o servidor do TST Jucelino Martins de Sousa, um dos responsáveis pela exposição itinerante dos 70 anos da CLT, ministrou a oficina de "Conservação de Acervo Arquivístico e Bibliotecário" para nove servidores do Tribunal. Um deles foi Alexandre Eltermann Ribeiro, do Serviço de Cadastramento e Protocolo, que aprovou a iniciativa, principalmente pela didática ser mais prática do que teórica. "O curso foi muito interessante pois colocamos a mão na massa e aprendemos na prática, o que enriqueceu o conteúdo. Foi fantástico!", elogiou Alexandre, que faz graduação em Arquivologia na Ufsc. Durante o curso, que teve carga de 20 horas, os alunos fizeram a restauração de um livro de registro de cargas de processos a advogados, datado de 1952.

A presidente do TRT-SC encerrou sua fala agradecendo a todos que contribuíram para que a gestão que termina, pudesse empreender o que foi feito nos últimos dois anos. "*Sem a dedicação, o espírito público e a proficiência de todos, não teria sido possível*", concluiu.

No dia seguinte à inauguração do Memorial, a exposição itinerante em comemoração aos 70 anos da CLT, seguiu para o saguão do prédio da Esteves Júnior, onde permaneceram os servidores da área administrativa e os gabinetes que ainda não realizaram a mudança. O Regional catarinense foi o último local visitado pela mostra, que já esteve em outros cinco TRTs - RJ, PR, DF, MA, MS - e na Universidade de Brasília (UnB). "*Após passarmos por todos esses locais, acredito que a exposição cumpriu o seu papel de divulgar e marcar os 70 anos da CLT pelo país, que era a intenção do ministro Carlos Alberto Reis de Paula*", assinalou a servidora do TST, Rosemary de Almeida, responsável pela área de memória do Órgão.

#### **06/12/2013 - TRT-SC REGISTRA 58% DE ACORDOS DURANTE SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO**

O TRT catarinense já registrou, durante a 8ª Semana Nacional da Conciliação do Poder Judiciário, um índice de acordos de 58%. Os dados são parciais, fechados até o dia 05 de dezembro de 2013, mas já mostram o sucesso das 1.056 audiências realizadas. Foram homologados 612 composições envolvendo o valor de R\$ 6.751.944,00, além de recolhimentos previdenciário (INSS) e fiscal (imposto de renda).

Uma ação que já estava com recurso prestes a seguir para o TST, com dois anos de tramitação, terminou no dia 3 de dezembro porque as partes chegaram a um acordo. A audiência dessa ação trabalhista é uma das 1.085 que acontecem no TRT-SC, em unidades de todo o estado, durante esta 8ª Semana Nacional da Conciliação do Poder Judiciário.

A desembargadora Mari Eleda Migliorini conduziu a audiência, e o advogado da autora, Diego Onzi de Castro, elogiou a iniciativa mesmo não tendo conseguido acordo em processos de outros clientes. *"Já rendeu frutos e abriu uma possibilidade de conversação"*, disse o procurador.

Na Justiça do Trabalho catarinense, o evento é organizado pelo Núcleo de Conciliação e Apoio às Unidades Judiciárias de Primeira Instância (Conap), que registrou no primeiro dia da Semana da Conciliação, 261 audiências, com índice de acordos de 45%.

Em Chapecó, a juíza Vera Marisa Vieira Ramos, da 3ª Vara do Trabalho, também homologou diversos acordos durante esta semana. Um deles foi na ação proposta pela Scala Engenharia e Construção Ltda. contra o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Chapecó e Região. Os empregados da empresa têm acordo de compensação e trabalham quatro horas a mais durante a semana para não trabalharem aos sábados.

Mas, eventualmente os feriados coincidem com o sábado, como aconteceu em oportunidades neste ano. Por isso, o sindicato estava pleiteando extrajudicialmente o pagamento dessas horas trabalhadas a mais, com adicional de 100%. Discordando do posicionamento, a empresa ajuizou ação declaratória pretendendo o reconhecimento do direito de descontar dos empregados as horas a mais que deveriam ter trabalhado.

A magistrada determinou o levantamento detalhado de todas as horas em discussão, dos últimos cinco anos, sendo apurada a existência de um saldo de três horas. Com o acordo, a empresa vai fazer o pagamento, com adicional de 50%, para todos os empregados com o contrato de trabalho ativo.

#### **04/12/2013 - TRT-SC INAUGURA NOVAS INSTALAÇÕES DE SUA ESCOLA JUDICIAL**

Foram inauguradas, no dia 4 de dezembro de 2013 as novas instalações da Escola Judicial do TRT-SC. Localizada no 11º andar do Fórum Trabalhista de Florianópolis, o espaço possui aproximadamente 250 metros quadrados, com salas para direção, secretaria, reuniões e aulas, além de biblioteca/videoteca, miniestúdio de ensino a distância (EaD) e espaço para coffee break.

Em seu discurso, o diretor da Escola, desembargador Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira, destacou que a inauguração da sede própria é um dos mais importantes momentos da Escola Judicial do TRT-SC. *"Contamos agora com um espaço amplo e confortável para que possamos atingir nossas finalidades"*, disse o desembargador.

Garibaldi Ferreira afirmou também que a nova sede irá permitir uma sintonia mais fina entre a adequação das estruturas físicas e a transmissão de conhecimentos jurídicos aos magistrados, conforme recomendação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat).

Por fim, o desembargador agradeceu à presidente do TRT-SC, Gisele Pereira Alexandrino, pelo apoio dado à Escola Judicial nos dois anos de sua gestão, aos magistrados que o antecederam na direção do órgão e também às três servidoras que lá trabalham.

Criadas pela Emenda Constitucional 45, de 2004, as Escolas Judiciais têm como objetivo preparar os magistrados que estão ingressando na carreira e aperfeiçoar continuamente os que já atuam, por meio de cursos obrigatórios.

Após a inauguração das instalações, houve o lançamento de duas publicações sobre o Programa Trabalho Seguro, uma delas organizadas pela própria Escola Judicial.

#### **04/12/2013 - TRABALHO SEGURO. JUSTIÇA DO TRABALHO DE SC LANÇA DUAS PUBLICAÇÕES SOBRE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

Iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para prevenir os acidentes de trabalho no país, o Programa Trabalho Seguro teve uma tarde de gala no dia 04 de dezembro de 2013, com o lançamento de duas publicações em Florianópolis. O evento ocorreu durante a inauguração das novas instalações da Escola Judicial, localizada no Fórum Trabalhista da Capital.

A revista Trabalho Seguro Santa Catarina, primeira do gênero entre os TRTs, tem 68 páginas e foi organizada pelo Comitê Gestor Regional do programa. Ela descreve o panorama geral das principais ações empreendidas pelo TRT-SC e por nove dos 20 parceiros que aderiram ao Programa, além de conter três artigos relacionados ao conceito de prevenção.

A desembargadora Gisele Alexandrino, presidente do TRT-SC e gestora regional do programa, agradeceu aos parceiros por dedicar um *"tempo precioso de suas agendas a este tema de grande importância social"*. Entre as ações empreendidas pelo Tribunal, ela destacou a aprovação pela Assembleia Legislativa da Lei 16.003, de abril deste ano.

Inédita no país e replicada em outros Estados, essa norma prevê que todo edital de licitação do Governo Estadual inclua uma cláusula prevendo capacitação obrigatória em segurança do trabalho para empregados terceirizados. O autor do projeto foi o deputado estadual Gelson Merísio, que encampou a ideia lançada pelo juiz gestor auxiliar do programa em Santa Catarina, Dr. Alexandre Ramos.

Para a desembargadora do TRT-SC Viviane Colucci, que integra o Comitê Gestor Nacional do programa, vivemos num mundo em que os modelos mais arcaicos de produção convivem com avançadas tecnologias. *"Assim, torna-se um contrassenso - embora natural nesta pós-*

*modernidade - encontrarmos mão de obra escrava em fazendas de gado de corte que são abatidos conforme sofisticado monitoramento por meio de implantação de chips nesses animais", analisou a desembargadora, que prestigiou o evento e fez um relato das principais ações do programa em âmbito nacional.*

### **Revista do TRT-SC. Juiz Basilone apresenta versão digital da 26ª edição da Revista do TRT-SC**

A Escola Judicial do TRT-SC também elegeu a prevenção de acidentes de trabalho como tema da Revista do TRT-SC, que chega a sua 26ª edição e 20 anos de publicação. São ao todo 10 artigos distribuídos em 247 páginas. Sob responsabilidade da Escola desde 2005, este ano a revista terá também uma versão digital.

Os textos foram escritos por desembargadores, juízes do trabalho, professores, médicos e psicólogos. De acordo com o vice-diretor da Escola, juiz Roberto Basilone Leite, a Revista do TRT-SC é um "*veículo fundamental para fomentar a elaboração de conhecimentos multidisciplinares e a produção científica de magistrados e servidores*".

Foram impressos 500 exemplares da revista, que serão distribuídos aos magistrados do Tribunal, Escolas Judiciais e TRTs de outras Regiões, seccionais da OAB-SC e faculdades de Direito em Santa Catarina.

### **05/12/2013 - TRT-SC SUSPENDE PRAZOS E DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PARA QUE ADVOGADOS TIREM FÉRIAS.**

Foi publicada em 05 de dezembro de 2013, a Resolução Administrativa nº 19/2013, que suspende os prazos processuais e a designação de novas audiências, de 7 a 20 de janeiro de 2014, nas unidades judiciárias de 1º e 2º graus do TRT-SC. A norma foi aprovada na sessão do Tribunal Pleno em 02-12-2013 e facultou aos magistrados a manutenção das audiências já designadas.

O pedido partiu da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina (OAB-SC), em processo administrativo, que invocou o direito constitucional de férias anuais de 30 dias a todo o trabalhador brasileiro, sendo a categoria uma das poucas que ainda não usufruem do benefício. "*Assim como todos que laboram junto ao Poder Judiciário, os advogados exercem uma atividade profissional bastante desgastante, marcada por uma característica comum que a todos sobrecarrega: o cumprimento diário e ininterrupto de prazos*", diz Tullo Cavallazzi Filho, presidente da OAB-SC. Para ele, além do descanso, o período vai servir para que os profissionais se reorganizem e planejem suas atividades para o ano seguinte.

As unidades judiciárias vão funcionar normalmente depois do recesso de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Continuará sendo feita a

distribuição regular de processos e o atendimento normal aos jurisdicionados.

Atualmente, tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei PL-5240/2013, que regulamenta a matéria. Enquanto isso, os advogados catarinenses já conquistaram o direito a férias no TJ-SC, no TRE-SC e no TCE-SC, tramitando um pedido também na Justiça Federal.